

Jornal da Vila de Prado



Mensário Ano IX N.º 115 30 de Setembro de 1996

Director: Alfredo Pedrosa

Dreço: 85\$00

GOVERNO PREPARA REFORÇO DA GNR DE PRADO

— Lixo, buracos, cães vadios e "ópera" na Botica. O que virá a seguir?!...

— Ponte nova prometida para o próximo ano.

Pág. 2

Novo regulamento
de trânsito para Prado

Pág. 3

Crianças ciganas
frequentam Escola
para todos

Menina morre
atropelada em Oleiros

Pág. 5

Provedor considera
ilegais demolições
de Oleiros

Pág. 6

Câmara rejeita ligação
ao aterro de Braga

Dúvidas, divisão
e "vinganças"
no regresso
de Cerqueira

Pág. 7

Prado contesta
suspensão do
campeonato de juniores

Moure inaugura
Centro Paroquial

Pág. 9

Biblioteca Municipal
modelo da UNESCO

Associação apoia
artistas minhotos

Arlindo Fagundes
expõe em Braga

Últ. Pág.

Núcleo de Prado da Cruz Vermelha Portuguesa

NOVA DIRECÇÃO TOMA POSSE



*"Vamos trabalhar
para que esta casa
tenha autonomia
financeira,
instalações
próprias, meios
técnicos e humanos
suficientes."*

— afirma o novo presiden-
te, Vítor Gonçalves.

Pág. 3

Com mais 700 mil contos do LEADER II...

ATAHCA REFORÇA APOIO AO MEIO RURAL



*"Será dado o segundo passo para
o desenvolvimento rural, para a
autosuficiência da população
agrícola rural, para criar
mais-valias, para preservar a
tradição e combater a
desertificação."*

— afirma o Presidente Mota Alves.

Pág. 6

FALECEU O DOUTOR LIMA CRUZ

Com 91 anos de idade, faleceu o Dr. Lima Cruz, ilustre médico que durante mais de meio século honrou a população da Vila de Prado e das freguesias em redor com a sua mais do que reconhecida competência, aliada a um humanismo, generosidade e permanente disponibilidade que lhe granjearam respeito e enorme consideração entre nós.



Pág. 5

Assembleia de Freguesia de Prado aprova novo regulamento de trânsito

Realizou-se, no dia 27 de Setembro, a terceira reunião deste ano dos membros da Assembleia de Freguesia da Vila de Prado, em que o prato forte da ementa de 3 pontos (análise do regulamento de trânsito para a zona urbana desta vila, actividades da Junta de Freguesia e outros assuntos) seria a curiosidade em saber alguns pormenores relativos ao novo ordenamento duma das maiores causas de aborrecimento dos nossos dias: o trânsito automóvel. Foi servido aos presentes como algo já confeccionado por técnicos ao serviço da Câmara Municipal que, *in loco*, se informaram e propuseram ao Executivo, que aprovou, em 15 de Abril deste ano, o regulamento que agora pode ser consultado, por edital, nos locais do costume. E muitos, mas mesmo muitos dos condutores poderão desde já esboçar, à margem, maquiavélicos projectos de transgressão para provarem continuamente que o homem é - também - "aquele bicho que tem a mania de estabelecer leis só pelo lúdico prazer de as transgredir". Aguardamos a execução desse regulamento, que irá custar milhares de contos, sabendo, no entanto, que planos deste género estão constantemente a ser refeitos no terreno consoante a experimentação e as alterações da rede viária. Prevê-se a sua entrada em funcionamento logo que a Câmara disponha de condições financeiras para o executar e após publicação em Diário da República.

O Presidente da Junta teve oportunidade de prestar contas das tarefas entretanto realizadas ou em fase de execução, em obediência ao Plano de Actividades para este ano, destacando-se a construção de sanitários no cemitério, balneários e beneficiações no recinto desportivo dos Carvalinhos, para além de várias aquisições de bens, de equipamento e obras de manutenção. Destas, lamenta-se que algumas sejam perfeitamente estranhas e desnecessárias pois são provocadas pelo abuso esquisito dos utentes, só admissível em mentes sórdidas, obscenas ou enfermas. É o que acontece, por exemplo, com o estado em que deixam, por vezes, os parques infantis e casas-de-banho públicas. Estas passarão a servir *pobo* apenas às Terças-feiras, Sábados e Domingos para se tentar sustentar o ritmo de intervenções vandálicas naquele local. Nos outros dias e quando a necessidade a isso constranger o frágil humano, resta sempre uma ou outra noiteira de tojo-arnal para abrigar do vento-norte... Ficou-se a saber, entretanto, que os balneários da praia fluvial não entraram em funções, na passada época balnear, porque a Junta não aceitou receber as chaves após terem sido detectados defeitos de construção e carências de equipamento imprescindível que não permitiriam o uso eficaz e duradouro, logo nos primeiros tempos de vida. É de louvar a instalação do primeiro abrigo de passageiros de autocarro; outros se seguirão brevemente.

Em visita de trabalho, efectuada no dia 5 de Setembro, o Presidente da Câmara tomou nota dos assuntos que merecem uma atenção especial nos próximos tempos e cuja execução está sob a alçada imediata do executivo a que preside: pavimentações e saneamento básico em vários locais; bancada, muros e balneários do Parque de Jogos do Faial; reordenação e distribuição dos espaços anexos à sala de aula da Escola do Bom Sucesso para actividades extracurriculares dos alunos e de terceiros; construção do ringue desportivo da Botica; projecto do novo cemitério bem como de instalações definitivas e adequadas para o Centro de Saúde, GNR, Clube de Tiro e Cruz Vermelha. Como seria de esperar, as promessas de "vamos ver..." parece que foram muitas. E, com efeito, em terra de cegos não há maior anelo. Ah, é verdade, parece-nos que está prometida uma ponte nova mas, desta vez, com rio e tudo.

Terminou a reunião com os habituais alertas para as anomalias do costume ou para melhoramentos a ter em conta, e que se prendem com a segurança, iluminação, pavimentações, saneamentos, lixeiras e o que mais virá... Houve tempo, ainda, para escolher uma secção de três elementos que, com a Junta, se encarregará de propor alterações ao PDM.

Novos acessos a Braga já para este ano

Ponte de Prado fica para o próximo ano

O Secretário de Estado das Obras Públicas garantiu que a mais do que reclamada nova ponte sobre o rio Cávado, entre Vila Verde e Braga, irá ser incluída no PIDDAC do próximo ano.

Cerca de um mês após ter procedido à suspensão do concurso de adjudicação desta obra, Crisóstomo Teixeira, num encontro havido com o Presidente da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, e com o deputado vilaverdense Martinho Gonçalves, terá reconhecido a premência de se corresponder aos anseios das populações locais, dado o conhecido estrangulamento rodoviário que diariamente se faz sentir nas estradas nacionais (101 e 201) que ligam Vila Verde e Braga.

Prometeu ainda o representante governamental que as vias de acesso à cidade dos arcebispos, integradas no projecto da também prometida variante que a nova ponte servirá, entrarão em fase de execução até final deste ano. Aliás, já no próximo mês de Outubro, será lançada a concurso a via circular que estabelecerá a ligação à E.N. 101 (Vila Verde-Braga).

Com a intervenção de Martinho Gonçalves...

GOVERNO PREPARA REFORÇO DA GNR DE PRADO

Preocupado com os problemas de vigilância e de segurança na área de intervenção do Subposto da Vila de Prado da Guarda Nacional Republicana (GNR), o deputado nacional Martinho Gonçalves reuniu em Lisboa, no dia 11 de Setembro, com o Ministro da Administração Interna, Alberto Costa.

O parlamentar vilaverdense diz, em Nota à Imprensa, ter alertado o ministro para a "forma preocupante e tendencialmente crescente" com que os problemas de vigilância e de segurança se vêm fazendo sentir na área sob a jurisdição policial do posto pradense, solicitando-lhe a rápida adopção das medidas "que estavam a ser preparadas pelo Ministério, tendo em vista dotar o Posto da Vila de Prado da eficácia desejada, de modo a dar uma resposta cabal e prática às preocupações legítimas das populações com a sua segurança e a dos seus bens". É que o deputado já havia revelado, no início do ano em curso, ao Ministro que tutela a Administração do País, "as carências humanas e materiais" do posto pradense da GNR, que, na sua óptica, os recentes acontecimentos que envolveram a comunidade cigana de Oleiros e de Cabanelas vieram acentuar e evidenciar.

Martinho Gonçalves mostra-se convencido da necessidade de reformular a estrutura de comando



do subposto de Prado, "através da nomeação de um graduado com patente superior à do actual comandante (cabo), de modo a proporcionar mais eficácia, a impôr mais disciplina e conseguir ganhar a confiança da população, eliminando de vez as dúvidas e suspeições que circulam entre a população". Apelou ainda, no gabinete ministerial, à necessidade de providenciar o aumento do número de efectivos em serviço naquela unidade policial, a atribuição de mais uma viatura que não possa ser identificada facilmente, que permita um eficaz controlo do tráfico e consumo de droga, e ain-

da a construção de um quartel próprio devidamente equipado, apelando à sua inclusão no PIDDAC de 1997.

O Ministro Alberto Costa terá garantido a Martinho Gonçalves que o Governo, na sequência de diligências e contactos já efectuados pelo Governador Civil de Braga, "estão em vias de ser rapidamente implementadas medidas que visam aumentar a eficácia da actuação das forças policiais do concelho de Vila Verde", designadamente das da Vila de Prado, tendo-se mostrado muito sensibilizado para a concretização das medidas aventadas pelo seu interlocutor.

Lixo, buracos, cães vadios e música gravada... na Quinta da Botica

O QUE VIRÁ A SEGUIR?!...

Sempre ouvi os políticos dizer que quando são eleitos vão gerir os respectivos órgãos em função dos interesses e direitos das populações em geral, e não somente daqueles que os elegeram.

Na Vila de Prado, concretamente em relação à Quinta da Botica, parece-me verificar-se aquilo que é costume dizer-se, a excepção que confirma a regra. Senão vejamos:

1- O espaço de lazer, cuja aprovação pela edilidade já "tem barbas", nunca mais se edifica.

2- O estacionamento na Praceta continua a verificar-se.

3- Proliferam os buracos nas ruas.

4- O nosso "monumento" ao lixo aguarda que o senhor Presidente da Junta venha "cortar a fita", já que todos os nossos ilustres visitantes se queixam que não existe uma placa comemorativa da efeméride. Já agora, que não se esqueça das medalhas para os melhores colocadores de lixo.

5- Uma vez que está em andamento o regulamento de trânsito para esta vila, é favor não esquecer que nesta zona faz falta um sinal de trânsito a proibir os peões de circular nos passeios, já que estes agora são para estacionamento de viaturas.

6- Quanto aos intrusos, podemos afirmar que estamos muito bem pro-

tegidos. Ponham-se atentos os amigos do alheio, porque se tentarem qualquer acção aqui, podem-se achar mal enganados, uma vez que a população canina é excedentária e como tal não suporta desconhecidos. Em relação aos moradores, já são muito mais meigos, pois proporcionam um sono tranquilo ao som de bonitas óperas.

7- E por falar em ópera, A Junta de Freguesia desta "terriola" decidiu brindar-nos com música. Desde o passado mês de Agosto que não temos o direito de adormecer nem de ver televisão com as janelas abertas, pois a linda música e publicidade entram-nos pelas casas dentro.

Senhor Presidente da Junta, tenha compaixão de nós. O Senhor tem o direito de pensar que não foi

com os votos dos eleitores da Quinta da Botica que ganhou as eleições, mas tem a obrigação de nos tratar como os outros. Não tem o direito de nos rejeitar e repudiar como o faz.

É bom lembrar que os assuntos do lixo e dos cães, além de incómodos, podem trazer graves problemas de saúde para as pessoas e trata-se de um problema que já vem de longen, não se vislumbrando sequer qualquer tentativa para os resolver. Talvez seja matéria para entregar às entidades de saúde competentes, o que, convenhamos, não seria nada abonatório para as que têm obrigações neste campo.

Não basta aos autarcas dizer que têm feito todos os esforços para que estas coisas se solucionem, é preciso ter coragem e vontade. Até porque algumas destas questões são extremamente fáceis de resolver.

ENGENHEIRO

Engenheiro disponibiliza-se para fiscalizar ou dirigir obras.

Resposta ao Apartado nº 380 de Guimarães

Núcleo de Prado da Cruz Vermelha

NOVA DIRECÇÃO TOMA POSSE

No passado dia 1 de Setembro, o Dr. Alvim, Presidente da Distrital deu posse à nova Direcção do núcleo de Prado da Cruz Vermelha Portuguesa.

No sentido de dar a conhecer ao leitor as motivações, propósitos e objectivos que norteiam a equipa ora empossada, entabulámos breve conversa com o actual Presidente da Direcção, Vítor Gonçalves, que sucede a Manuel Peixoto. Nome que ficará, sem dúvida, solidamente ligado ao historial deste núcleo, dado o reconhecido excelente trabalho que, juntamente com outros dirigentes, operou no sentido da recuperação e redignificação desta entidade, numa altura em que a extinção esteve por um fio.

Começamos por querer saber precisamente quais as motivações que levaram ao novo presidente a aceitar este importante e exigente desafio.

V.G. — "A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição mundialmente conhecida pelo seu cariz humanitário. Ao nível local são sobejamente notórias as acções do núcleo da Vila de Prado, ao longo dos seus dez anos de existência. É, por isso, já considerada uma entidade imprescindível neste espaço geográfico. Perante uma situação destas, considereei muito honroso o convite que me foi dirigido, aceitando-o, convicto de que, até por uma questão de princípios, estaria a cumprir a minha missão de solidariedade para com os outros."

J.V.P. — Em sua opinião, qual é a situação actual deste núcleo?

V.G. — "Como é normal numa instituição deste tipo, nunca as necessidades estão satisfeitas, no entanto, será de salientar que herdei da anterior Direcção uma situação económica e financeira satisfatória, o que permite ao novo elenco directivo uma margem de adaptação e estabelecimento de directrizes sem sobressaltos a curto prazo."

J.V.P. — Os efectivos humanos são suficientes, ou deveriam apontar para um aumento?

V.G. — "O actual número de voluntários é manifestamente insuficiente, o que provoca neste momento uma sobrecarga de trabalho a todos os efectivos. Vai ser necessário proceder brevemente a uma nova escola."

J.V.P. — O parque automóvel res-

ponde às necessidades de serviço?

V.G. — "Possuímos 3 ambulâncias, estando uma demasiado velha mas fazendo serviços menos exigentes. Estamos a estudar a hipótese de adquirir uma viatura para transporte de doentes."

J.V.P. — Quais as perspectivas para o futuro?

V.G. — "Estou plenamente convencido que o núcleo da Vila de Prado da Cruz Vermelha Portuguesa está totalmente implementado na nossa zona e está para durar. Tem no entanto que ser mais apoiada, já que a sua manutenção é demasiado onerosa."

J.V.P. — Que acções irão ser tomadas a breve prazo?

V.G. — "Vamos proceder a uma campanha de novos sócios, nomeadamente vai ser criado o sócio-empresa, ao mesmo tempo que vamos encetar contactos com entidades oficiais no sentido de nos contarmos nos seus orçamentos. Irá também ser iniciado um processo de aumento do número de voluntários, que passa por uma escola onde será necessário aparecer muita gente."

J.V.P. — Qual o plano de acção desta Direcção para este mandato?

V.G. — "A minha filosofia de gestão gira sempre à volta de uma equipa, e, é com este espírito que a Direcção que preside está disposta a trabalhar. Neste sentido é nossa intenção não fugir aos parâmetros da gestão anterior. No entanto, estamos a preparar um conjunto de medi-



Vítor Gonçalves, o novo Presidente

das que nos permitam ter um volume fixo de receitas mensais que cubra as despesas.

Continuaremos a envidar todos os esforços no sentido de obtermos um terreno para ser realizado o sonho de todos os que já passaram por esta casa, que é o de ter instalações próprias.

Em resumo, vamos trabalhar para que esta casa tenha autonomia financeira, instalações próprias, meios técnicos e humanos suficientes."

Desiderato algo complexo que irá exigir uma grande entrega e dedicação por parte do novo elenco gestor de uma casa que a todos serve e pertence, fazendo jus ao estatuto de instituição de índole humanitária. Pelo que nos cumpre felicitar os novos dirigentes e augurar uma plena consecução dos propósitos ora enunciados.



A Direcção empossada: Pres. - Vítor Gonçalves; Vice-Pres. - Manuel Duarte; Secret. - Manuel Faria; Tesoureiro - João Faria Fernandes; Vogais - Francisco Queirós, Manuel Joaquim Braga, Padre Severino Fernandes, Armindo Macedo e Carlos Costa.

Oleiros

MENINA MORRE ATROPELADA

Uma menina de quatro anos, Luísa Filipa Moreira Rata, perdeu a vida no dia 30 de Agosto, vítima de um atropelamento ocorrido por volta das 15 horas na freguesia de Sta. Marinha de Oleiros.

O acidente ocorreu no lugar da Veiga, defronte de um café, onde os pais da menina, moradores no lugar da Ribeira-Lage, vendiam melões e melancias. Aquela hora encontravam-se várias viaturas estacionadas defronte e nas proximidades do café em ambas as bermas, e a pequenita, ao pretender atravess-

sar a estrada, saiu de trás de uma carrinha estacionada, que não lhe permitiu aperceber-se da aproximação do automóvel que a colheu mortalmente.

O condutor do carro de matrícula francesa, o emigrante Luís Azevedo Gomes, residente no lugar do Monte-Oleiros, também não se terá apercebido da presença da menina e tendo que passar praticamente pelo centro de uma rua estreita e esburacada, ladeando um automóvel estacionado na faixa em que seguia, acabou por ser surpreendi-

do pelo inesperado aparecimento da Luísa Filipa.

Segundo populares presentes no local aquando das medições realizadas pelos agentes da GNR, a menina terá sido arrastada pelo automóvel até uma distância de 47 metros do embate. Foi de imediato agarrada ao colo pela mãe que, desesperada é a esvaivar-se em lágrimas, procurava valer à sua inanimada menina, que ainda terá saído do local com vida mas acabou por falecer a caminho do hospital.

Cabanelas

Crianças ciganas frequentam Escola para todos

A problemática do relacionamento das comunidades de etnia cigana com a restante população tem atingido, nesta zona Sul do concelho, contornos de abrangência nacional, porquanto suscitou já a atenção das mais elevadas figuras do Estado.

Os populares enjeitam, só agora, a convivência com indivíduos de etnia cigana que por cá coabitam desde há longos anos e muitas vezes se têm levantado em abono daquela minoria étnica, acusando, sem meias palavras, os revoltosos de protagonismo xenófobo e iminentemente racista.

Outros, ao invés, sustentam as suas posições sectárias ou separatistas com base em argumentos que assentam na proliferação do narcotráfico e de comportamentos desviantes que vêm redundando num acréscimo da violência que as notícias inquestionavelmente documentam. Independentemente do subjectivismo e da legitimidade de qualquer como de outras posições, um dado é inegável: nunca antes do intenso tráfico de droga que vem assolando esta área do concelho, houve notícias de uma tal animosidade em relação ao povo cigano, cujas ancestrais raízes culturais, sempre associadas ao nomadismo, a uma vida errante e sem destino, motivo de inspiração de prosadores e poetas, se vêm diluindo mercê da adesão às visões do materialismo desenfreado e inescrupuloso.

Esta é pelo menos a convicção de pais que, em Cabanelas, receando o pior para os seus filhos, intentaram impedir um reduzido número de crianças de etnia cigana de frequentarem a escola do 1º ciclo do ensino básico. Atitude reconhecidamente inaceitável que só se compreende à luz da insegurança que assalta as populações e que acaba, por vezes, como neste caso, por lhes retirar o indispensável discernimento.

A tentativa dos pais de forçarem a Delegação Escolar de Vila Verde a criar uma turma especial para as cinco crianças que se matricularam naquela escola gorar-se-ia porque o delegado Escolar, Alberdo Nídio, desde logo se manifestou pela existência de uma escola só para todas as crianças, independentemente da sua etnia, admitindo apenas a possibilidade da contratação de um professor para acompanhar as crianças ciganas, na eventualidade do corpo docente detectar alguma dificuldade de integração a nível escolar, até porque provém de uma cultura diferente.

O próprio Director da Escola, o Professor Manuel Faria, não se escusaria a considerar que não faz sentido uma tal discriminação e como o Secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme Oliveira Martins, e o próprio Ministro da Educação, Marçal Grilo, conveio que o nosso País deve proporcionar uma escola para todos.

Tais declarações com uma nítida vertente pedagógica levariam os encarregados de educação de parte das cerca de 70 crianças que frequentam a escola de Cabanelas a repensarem a sua posição de intransigência inicial e a concordarem que de facto não se pode discriminar as crianças na escola por meras razões raciais. Em declarações à comunicação social, alguns referiram mesmo que, em nome da justiça, urge dar uma oportunidade a essas crianças e que a elas, como a todas as outras, sejam impostas regras de convivência, normas de conduta, que, a serem desrespeitadas, deverão tão só suscitar as sanções indicadas e admitidas como justas para todas as 75 crianças que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assim regressou o bom Senso àquela comunidade escolar onde as crianças de etnia cigana desfrutam agora do carinho e da atenção que constituirão a rampa de lançamento para uma integração pacífica e a todos os títulos salutar, num País em que 100.000 alunos abandonam a escola antes de concluírem a escolaridade obrigatória e em que cerca de 15% dos quase dois milhões de alunos têm necessidades educativas especiais. Quanto às crianças de etnia cigana, é por demais incontroverso que a escolaridade obrigatória está longe de ser cumprida, sendo que um estudo efectuado numa escola primária na cidade de Setúbal, envolvida na experiência da Reforma Curricular, compreendendo os anos de 1989 a 1994, concluiu que a população cigana teve 46% de faltas contra 7% da restante população escolar.

Gondiães

Pinheiro mata uma menina

No dia 27 de Agosto, por volta das 8,20 horas, em Gondiães, uma menina perdeu a vida, após sofrer o embate de um pinheiro que lhe caiu em cima.

Nicole Gonçalves, filha de um casal de emigrantes no Canadá, que se encontrava naquela freguesia vilaverdense em gozo de férias, foi ver o pai a derrubar árvores numa bouça e acabou por perder a vida sob um dos pinheiros derrubados pelo seu progenitor. Este ainda terá gritado à pequenita para se desviar do tronco em queda, ao aperceber-se da inesperada presença da sua filha, mas a menina não conseguiu fazê-lo a tempo de fugir do choque mortal.

ALVARÁ

Engenheiro concede alvará para construção civil

Resposta: Apartado nº 2402 de Braga

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls.69 a fls. 70vº, do livro de notas nº71-C, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 8 de Agosto de 1996, uma escritura de Justificação outorgada por:

MARIA AURORA GOMES DA COSTA e marido DOMINGOS DE BARROS ALVES, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ela da freguesia de Nevogilde e ele da freguesia de Travassós, ambas deste concelho e residentes nesta última no lugar da Igreja, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores com exclusão de outrém, do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO MISTO denominado "UMA MORADA DE CASAS TÊRREAS com quatro divisões e UM EIDO com ramada", sito no lugar do Monte da dita freguesia de Barbudo, com a superfície coberta de 120m2 e Eido com a área de 1.496m2, descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o nº44.614, inscrito na matriz predial respectiva sob os artigos 109 urbano e actual 820 rústico, tendo estado inscrito na anterior matriz rústica sob o artigo 95, com os valores patrimoniais, respectivamente de 235.872\$00 e 5.444\$00 e os atribuídos de 300.000\$00 e 50.000\$00.

Que o referido prédio está inscrito na matriz em nome da

justificante e tem registo de transmissão a favor de António da Fonseca Sousa pela inscrição nº 10.792 de 25 de Fevereiro de 1929.

Que o referido prédio foi doado à mãe da justificante Rosa Gomes por seu padrasto e mãe aquele titular inscrito António da Fonseca Sousa e mulher Maria Teresa Gomes por contrato não reduzido a escrito por volta do ano de 1946.

Que ela justificante é a única herdeira de sua referida mãe Rosa Gomes, conforme escritura de Habilitação exarada neste Cartório a folhas 35, do livro de nº56-A.

Que não obstante a falta do título formal relativamente àquela doação, eles outorgantes por si e antecessores já possuem o referido prédio há mais de 40 anos, detendo-o, fruindo-o como coisa sua, habitando-o e aproveitando as suas utilidades com o conhecimento e à vista de toda a gente, sem oposição de ninguém, sem violência e sem interrupção no tempo, pelo que por meio dessa posse o terão adquirido por usucapião, que eles primeiros invocam para efeitos de registo na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 14 de Agosto de 1996.

**A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves
Guimarães Rodrigues da
Silva)**

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico para efeitos de publicação que de fls.9 a fls.10vº, do livro de notas para escrituras diversas nº72-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 27 de Agosto de 1996 uma escritura de Justificação outorgada por:

JOAQUIM PEREIRA DE CASTRO e mulher MARIA CELESTE MENESES DE ARAÚJO, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Penascais e ela da freguesia de Codeceda, ambas deste concelho e residentes nesta última no lugar de Tojinho.

Que, são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO RÚSTICO denominado "CAMPO DE RIBEITÃES ou REIVEITÃES ou GRAVITAL duas leiras de lavradio com borda de mato", sito no lugar de Gravital

da referida freguesia de Codeceda, com a área de 2.340m2, descritos na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o nº913, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 258, com o valor patrimonial de 5.922\$00, a que atribuem o valor de 60.000\$00.

Que o referido prédio se encontra registado em nome de Francisco Xavier Leite Pereira, casado, pela inscrição nº 39, de 31 de Março de 1870 e na matriz está inscrito em nome do justificante.

Que o justificante, adquiriu o referido prédio por compra a João Manuel da Rocha e mulher Rosa Coelho Araújo, casados sob o regime da comunhão geral, residentes no lugar do Vale da mencionada freguesia de Codeceda, por escritura de 14 de Agosto de 1971, exarada a folhas 27, do livro de notas nº G-Um, do 2º Cartório da extinta Secretaria

Notarial deste concelho.

Que eles justificantes desconhecem o modo como os vendedores João Manuel da Rocha e mulher adquiriram o dito prédio, sendo contudo certo, que eles primeiros outorgantes já o possuem há mais de 20 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono, pelo que por meio dessa posse o terão adquirido por usucapião, que invocam para efeitos de registo na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 16 de Setembro de 1996.

**A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves Guimãres Rodrigues da Silva)**

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls.71vº, a fls 73, di livro de notas para escrituras diversas nº 73-A, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 27 de Setembro de 1996, uma escritura de Justificação outorgada por:

LAURA DE SOUSA, solteira, maior, natural da freguesia de Prado Santa Maria, deste concelho, onde reside no lugar do Barreiro, como justificante, tendo nela declarado o seguinte:

Que é dona e legítima possuidora, com exclusão de outrém, do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO denominado "UMA CASA DE RÉSDO-CHÃO, com LOGRADOURO", sito no lugar do Barreiro da dita freguesia de Prado Santa Maria, com superfície coberta de 60m2 e

LOGRADOURO com a área de 431m2, a confrontar do norte com o caminho público, do nascente e poente com Augusto Gomes Pereira e do sul com Francisco Gomes de Faria, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1.700, com o valor patrimonial de 378.000\$00, a que atribui o valor de 400.000\$00.

Que o referido prédio encontra-se omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na respectiva matriz em nome da justificante.

Que, efectivamente a justificante é dona e legítima possuidora do citado prédio há mais de 20 anos, posse essa que sempre exerceu pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilida-

des e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que o referido prédio foi doado à justificante por Joaquina Pereira e Maria do Rosário Pereira, solteiras, maiores, residentes que foram no dito lugar do Barreiro, por volta do ano de 1975, por contrato não reduzido a escritura pública.

Porém, como vem possuindo desde então o prédio na forma acima referida, adquiriu o mesmo por usucapião, que invoca para a primeira inscrição a seu favor na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 27 de Setembro de 1997.

**A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves
Guimarães Rodrigues da
Silva)**

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação que de fls.38vº a fls. 39vº, do livro de notas para escrituras diversas nº72-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 6 de Setembro de 1996, uma escritura de Justificação outorgada por:

FRANCISCO LOPES DE SOUSA e mulher MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA CORREIA E SOUSA, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Prado Santa Maria, deste concelho e ela da freguesia de Merelim (São Paio), do concelho de Braga e residentes no lugar do Montinho, da freguesia da Lage, também deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO RÚSTICO denominado "LEIRA DA VEIGA DA SENHA", de lavradio, horta e fruta, sito no lugar do Montinho, da dita freguesia da Lage, com a área de 1.365m2, a confrontar do norte com Francisco José Correia de Sousa e irmão, do sul com António da Silva Oliveira, do nascente e poente com o caminho, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1.390, com o valor patrimonial de 48.000\$00, a que atribuem o valor de 100.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na matriz em nome do justificante.

Que, efectivamente, os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há cerca de 21 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que o referido prédio foi adquirido pelos justificantes a António da Silva Oliveira e mulher Maria Madalena Peixoto Rodrigues, residentes no lugar do Negreiro, da dita freguesia de Vila de Prado, por contrato não reduzido a escritura pública por volta do ano de 1975.

Porém, como vêm possuindo desde então o citado prédio na forma acima referida, adquiriram o mesmo por usucapião, que invocam para a primeira transmissão a seu favor na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 16 de Setembro de 1996.

**A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves
Guimarães da Silva)**

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico para efeitos de publicação, que de fls.26 a fls.28, do livro de notas nº72-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 3 de Setembro de 1996, uma escritura de Justificação e Compra e Venda outorgada por:

DOMINGOS DA SILVA OLIVEIRA e mulher GLÓRIA CORREIA DE ABREU ou GLÓRIA RODRIGUES DE ABREU, casados sob o regime da comunhão geral, naturais da freguesia de Duas Igrejas, deste concelho, onde residem no lugar de Cabanas, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO RÚSTICO denominado "LEIRAS DE SANTA LUZIA", de lavradio, sito no lugar de Santa Luzia, da freguesia de Azões,

deste concelho, com a área de 1.062m2, a confrontar do norte com Maria Marques Martins, do sul com Lucinda Rosa de Sousa Moraes, do nascente com o ribeiro e do poente com José de Sá, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 680, com o valor patrimonial de 3.629\$00, a que atribuem o valor de 800.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na respectiva matriz em nome da justificante.

Que, efectivamente os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há cerca de 44 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e pro-

veitos com ânimo de quem é dono.

Que o referido prédio foi doado à justificante por seus pais Manuel João Rodrigues de Abreu e mulher Rosa Maria Correia, residentes que foram no lugar da Deveza, da mencionada freguesia de Duas Igrejas, por contrato não reduzido a escritura pública, por volta do ano de 1953.

Porém, como vêm possuindo desde então o citado prédio na forma acima referida, adquiriram o mesmo por usucapião, que invocam para a primeira transmissão a seu favor na conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 17 de Setembro de 1996.

**A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves
Guimarães Rodrigues da
Silva)**

PROVEDOR CONSIDERA ILEGAIS DEMOLIÇÕES DE OLEIROS

O caso dos ciganos malquistos, inicialmente na freguesia de Oleiros e depois em Cervães, Braga e Cabanelas parece estar longe de conhecer o seu epílogo.

Quando o desfecho da contenda, após deslocação da comunidade cigana chefiada pelo mediático João Garcia para parte incerta, parecia passar pela aquisição de um terreno que reunisse todas as condições para albergar a referida comunidade, eis que mais uma nova "bomba" explode sobre o caso quando surgem rumores, confirmados a posteriori, de que o Provedor da Justiça, Meneres Pimental, homem com raízes neste concelho, duvida da legalidade das demolições ocorridas em Oleiros.

No sentido de apurar a verdade dos factos, o Provedor da Justiça manteve no pretérito dia 6 de Setembro um encontro com o Presidente da edilidade vilaverdense, António Cerqueira, que o munuiu do extenso processo relativo às ditas demolições.

O móbil da audiência terá sido uma queixa apresentada pelo S.O.S. Racismo. Embora o Professor António Cerqueira no final do encontro tenha declarado à comunicação social que estava convencido de que o processo de demolição decorreria com todos os fundamentos legais, era voz corrente de que a posição de Meneres Pimental não iria em abono do autarca, aventando-se mesmo que "os dados anunciados pela comunicação social sobre a ilegalidade das habitações dos ciganos, nomeadamente a sua localização na Reserva Agrícola Nacional, poderão não estar correctos, de acordo com informações a que o Provedor de Justiça teve acesso".

No dia 26 de Setembro, como era de todo previsível, vem a público a antevista posição de Meneres Pimental de considerar ilegal a demolição das construções dos ciganos de Oleiros em terrenos há cerca de quatro anos propriedade sua,



João Garcia exige 50 mil contos de indemnização.

ordenada pela Câmara Municipal de Vila Verde e executada no dia 23 de Agosto último.

O gabinete do Provedor de Justiça enviou à Câmara Municipal de Vila Verde um exaustivo relatório de 32 páginas em que se justifica a decisão de tomar como ilegal o despacho municipal que indeferiu o pedido do chefe João Garcia no sentido de ver legalizadas as construções em causa, bem como as "ordens de demolição, coercivas e voluntárias".

Daqui resulta o alegado dever da autarquia de "indemnizar o lesado, assim como a reconstituição da situação que foi objecto das demolições". Em todo o processo, no dizer de Meneres Pimental, "a Câmara Municipal de Vila Verde não cumpriu com perfeição o dever de tratamento igual dos munícipes titulares de direitos sobre obras ilegais", reconhecendo até que a edilidade actuou pressionada pela revolta popular sem observar os mais legítimos direitos daquela comunidade minoritária.

A posição de Meneres Pimental

foi encarada pelo Presidente António Cerqueira com o devido respeito e lealdade mas, no seu dizer, não passa de um parecer e de uma sugestão que naturalmente não pode ser acatada pela Câmara que em todo o processo alegadamente terá agido com a máxima transparência e em conformidade com a lei, pelo que, no caso dos interessados assim o entenderem, terão que ser os tribunais a avaliar e decidir sobre a legalidade do mesmo. O autarca convém mesmo que foram respeitados todos os prazos e a comunidade em questão recebeu todas as notificações e teve todas as oportunidades para proceder à legalização das construções.

Entretanto, saíram a público notícias de que o líder cigano exige da Câmara Municipal de Vila Verde uma verba de 50 mil contos para considerar a situação reparada e abandonar definitivamente Oleiros, embora seja sabido que posteriormente confirmou não admitir já a possibilidade de voltar a Oleiros e estar disposto a recorrer aos tribunais para ser indemnizado pelos danos que todo este processo lhe terá causado e à sua família.

O Executivo Municipal de Vila Verde, no pretérito dia 30 de Setembro, em reunião ordinária, por proposta do PSD, decidiu por unanimidade solicitar a intervenção do IGAT no sentido de que seja realizada uma inspecção a todo o processo conducente à demolição das habitações da comunidade cigana de Oleiros, por forma a conceder ao caso a imprescindível transparência e assim pôr cobro às dúvidas de foro legal que têm pairado sobre o mesmo.

Este é mais um dos episódios de uma longa e interminável série que previsivelmente há-de continuar a fazer correr muita tinta.



PRADO É VILA HÁ 5 ANOS

No dia 16 de Agosto, completou-se o 5º aniversário da elevação da povoação de Prado (Sta. Maria) à categoria de Vila.

Com a Lei nº 97/91, a Assembleia da República, presidida por Vítor Pereira Crespo, decretava, um artigo único: "A povoação de Prado (Santa Maria), do concelho de Vila

Verde, é elevada à categoria de vila e passa a designar-se Vila de Prado". Cumpria-se assim oficialmente um legítimo anseio da população pradense, que sempre reclamara tal categoria e que, fundada no histórico estatuto de sede concelhia que já detivera, não se coibia de a ostentar. A lei foi aprovada no Par-

lamento em 20 de Junho de 1991, promulgada em 26 de Julho e publicada no Diário da República, nº 187 da I Série-A, no dia 16 de Agosto desse mesmo ano, assinada pelo então Presidente da República Dr. Mário Soares e pelo Primeiro-Ministro Prof. Aníbal António Cavaco Silva.

FALECEU O DR. LIMA CRUZ

Com 91 anos de idade, faleceu no dia 15 de Setembro o Dr. João Lima Cruz, reputadíssimo médico que durante várias décadas garantiu a prestação de apreciados cuidados de saúde à população da Vila de Prado e das localidades em redor.

O seu corpo esteve em câmara ardente na Igreja de S. Vítor, em Braga, até às 16.30 horas do dia 16 de Setembro, de onde saiu para a Igreja de Prado, onde foi celebrada missa de corpo presente, seguindo depois o cortejo fúnebre na direcção do cemitério de S. Martinho de Escariz, onde o Dr. Lima Cruz foi sepultado em jazigo de família.

Oriundo de família humilde, foi com grande sacrifício que concluiu a sua formatura em Lisboa no ano de 1935, antes da II Grande Guerra. Aconselhado pelo seu amigo Pogeira, padre em S. Martinho de Escariz, estabeleceu-se em Prado em 1937, na casa do lugar do Portelo, onde acorriam os seus pacientes. Um período de extremas carências, em que se morria com uma simples diarreia e em que a falta de recursos essenciais fazia com que os médicos se transformassem em verdadeiros magos. E o Dr. Lima Cruz foi-o, sem dúvida, a julgar pelos inúmeros testemunhos e feitos descritos por quem a ele recorria ou dele ouvia falar em tal época. Operou verdadeiros "milagres" em gente dada como perdida, sendo mais do que conhecida a sua permanente e incondicional disponibilidade, conjuntamente com a sua generosidade, num tempo em que o povo passava fome.

Calcorreu muitos quilómetros a pé e a cavalo, a qualquer hora do dia e até da noite, para atender os seus pacientes, cobrando conforme as suas possibilidades e "esquecendo-se" em alguns casos de o fazer, tal era a miséria que lhe era dado observar.

Conseguiu desta forma, após uma recepção inicial pejada de uma certa animosidade devida à já existência de dois médicos em Prado, angariar respeito e consideração por parte das gentes locais, que em 1987 lhe prestaram uma mais que devida e justa homenagem, pelos 50 anos que, de forma empenhada e indubitavelmente competente, dedicara à Saúde desta região.

Homem de fortes convicções, foi vítima da Ditadura por nunca ter deixado de opinar contra o antigo regime, sendo reconhecida a preocupação e atenção que sempre dispensou aos mais desfavorecidos. Deixou de praticar medicina devido a sérios problemas de visão e vivia na cidade de Braga há já uns anos, mas apesar da sua quase cegueira, nunca deixou, como nos foi dado reparar, de vir à Vila de Prado para, em actos eleitorais, orgulhosamente exercer um dos mais fundamentais direitos do cidadão livre - o voto.

Este ilustre e inesquecível pradense figurará para sempre na galeria das mais notáveis personalidades da Vila de Prado.

Associação Etnográfica de Vila Verde

Governo concede estatuto de utilidade pública

Numa decisão que colhe todos os Vilaverdenses com surpresa, mas simultaneamente com o mais profundo orgulho, o Governo central da Nação fez publicar no Diário da República do pretérito dia 13 de Setembro último uma declaração em que a Associação Etnográfica de Vila Verde, presidida pelo Sr. Carlos Braga, é considerada de UTILIDADE PÚBLICA.

Declaração que constitui um marco importante na vida de uma agremiação que, pela exemplar actividade que vem desenvolvendo, lhe cabe com inteira justiça e que passamos a transcrever:

"DECLARAÇÃO. - Nos termos do art. 3º do Dec.-Lei 460/77, de 7-11, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 16.8.96, a Associação Etnográfica de Vila Verde...".



FOTOVILA

Reportagens em: FOTOGRAFIA E VIDEO

Paulo Sousa

R. João Macedo da Cunha — Telef. 324 384 — 4730 VILA VERDE

Com a aprovação do LEADER II ...

ATAHCA reforça apoio ao meio rural

A Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA), sediada em Vila Verde, acaba de ver aprovado o Programa Comunitário Leader II - Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural.

Até 1999, a população dos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e de Vila Verde irão beneficiar de um investimento global que ronda os 700 mil contos. Segundo o presidente da ATAHCA, Professor Mota Alves, "será dado o segundo passo para o desenvolvimento rural, para a autosuficiência da população agrícola rural, para criar mais-valias, para preservar a tradição e combater a desertificação". O novo Programa, para além de "reforçar e incrementar os investimentos efectuados no âmbito do Leader I", que vigorou de 1991 a 1994, irá também, garante Mota Alves, "abarcando acções de apoio técnico ao desenvolvimento rural, isto é, promover a implantação de projectos que englobem a prestação de serviços zootécnicos e veterinários às explorações de pequenos ruminantes para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção e dos rendimentos".

A informação e sensibilização da população será assegurada por uma revista semestral, enquanto na sede da ATAHCA serão melhorados os meios de apoio à apresentação de candidaturas. A recuperação de casas para o turismo rural encetada pelo Leader I, vai seguir-se agora a implementação de cursos de formação, destinados a rentabilizar os investimentos efectuados. Formação profissional que se estenderá aos produtores de cabritos, cabras e ovelhas, à transformação e inclusão dos produtos agrícolas locais na gastronomia tradicional, aos artesãos, a promotores de projectos e agentes de desenvolvimento local, e ainda, com cariz de inovação, a tratadores e ferradores de cavalos, de forma a "crescente procura devido ao desenvolvimento do turismo no espaço rural com a consequente dinamização e utilização de circuitos equestres de animação turística".

A ATAHCA estenderá ainda a sua acção às actividades económicas, designadamente através da revitalização das aldeias tradicionais de manifesto potencial turístico, da criação de Bancos Informativos que evitem a dispersão geográfica dos recursos turísticos e do "Museu Vivo do Ouro", "importante marco na preservação da ourivesaria e filigrana". Com a finalidade de preservar a simbiose de património natural e "popular", está previsto o incentivo à criação de empresas de animação no sector do turismo ambiental-ecológico, recreativo e cultural, a recuperação de edifícios do século XVIII destinados aromeiros, peregrinos e viajantes e a revitalização das "Casas de Abrigo".

Todo o produto turístico será divulgado em Feiras/Mostras e Exposições, enquanto será encetada uma "diversificação de formas de promoção e comercialização do artesanato local e o apoio às pequenas e médias empresas locais para a aquisição do saber-fazer". O cabrito das terras altas do Minho, o cavalo de raça garrana, a produção de plantas e ervas medicinais, aromáticas e condimentares (funcho, erva cidreira, loureiro, manjerição...), a preservação e melhoramento do ambiente e da qualidade de vida e a educação e sensibilização para tal também irão merecer a atenção dos técnicos e dirigentes da ATAHCA, cujo Plano de Acção Local (PAC) foi já aprovado em Lisboa pela Comissão Nacional de Gestão do Leader.



Mixões da Serra recebe 400 mil contos

A ATAHCA acaba de ver aprovada a sua candidatura à elaboração do Plano Global de Intervenção (PGI), designado por "Encostas de Mixões da Serra", no âmbito do Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), na medida de "Recuperação de Centros Rurais".

O centro rural designado por "Encosta de Mixões da Serra", que compreende os núcleos rurais das freguesias de Brufe, Cibões e Gondoriz - Terras de Bouro, e Aboim da Nóbrega, Gondomar e Valdeu - Vila Verde, irá beneficiar de um investimento global que ultrapassa os 400 mil contos, que irá minimizar os manifestos efeitos da interioridade que ali se fazem sentir, traduzidos em péssimas acessibilidades e num nível de vida conducente a uma natural desertificação.

O programa ora aprovado poderá vir a constituir um sério contributo à retracção desta lamentável e indesejável tendência, já que as acções a implementar "objectivam a melhoria das infraestruturas, reabilitação, restauro, reconversão e revitalização de casas, ordenamento de espaços agrícolas, verdes e florestais, estendendo os seus horizontes à criação de emprego, à iniciativa local, ao turismo, ao artesanato, aos produtos típicos e protecção do ambiente, constituindo um verdadeiro programa de desenvolvimento rural integrado, sobre o qual a ATAHCA, em especial o Leader, já desbravou caminho e lançou sementes".

CONSELHO DE JURISDIÇÃO ANULA ELEIÇÕES DO PSD

O Conselho de Jurisdição Distrital do PSD de Braga decidiu, no dia 16 de Setembro, anular as eleições para a Comissão Política Concelhia de Vila Verde daquele partido, levadas a cabo no dia 21 de Abril do ano em curso.

Segundo o acórdão emanado daquele órgão partidário, tiveram lugar no plebiscito eleitoral do PSD vilaverdense "irregularidades graves violadoras dos princípios estatutários e legais aplicáveis". Entendeu o Conselho de Jurisdição que votaram indevidamente três pessoas que não estavam correctamente inscritas no caderno eleitoral. Dado que a diferença entre as duas listas concorrentes, lideradas por Álvaro Santos e José Manuel Fernandes, foi de apenas um voto, com vantagem para este, e que, por isso, a alegada irregularidade não ter ocorrido poderia ter ditado outro resultado, o Conselho decidiu pela anulação do acto eleitoral. Reconhecendo embora que tal decisão não é eventualmente a que melhor serve os interesses do partido e que se fundou na lei eleitoral geral devido à inexistência de disposições no regulamento interno que contemplem este tipo de pretensas anomalias eleitorais.

Álvaro Santos, líder da lista derrotada, não tardou a revelar que o acórdão comprova assim as irregularidades e ilegalidades por si apresentadas no documento solicitador da impugnação das eleições, sustentando que esta decisão credibiliza o PSD perante o eleitorado, reforçando as condições de vitória nas próximas autárquicas. Deixando em aberto a possibilidade da sua recandidatura, Álvaro Santos parecia querer acreditar que a lista de José Manuel Fernandes não recorreria para o Conselho de Jurisdição Nacional, o que acabaria por acontecer.

Isto significa que durante os próximos meses a actual Comissão Política de Vila Verde do PSD con-

tinuará em funções, já que é pouco crível que o Conselho Nacional venha a ser mais lesto do que o Distrital, que, aqui bem perto, levou 5 meses a tomar uma decisão. Tempo considerado excessivo pela Mesa do Plenário Concelhio, presidida por Manuel Nogueira, que lamentou que a mesma não tivesse sido ouvida ao longo de todo o processo.

Comissão Política que, em Nota à Imprensa, esclarece que os três militantes que não surgiam nos cadernos eleitorais estavam devidamente inscritos e em condições de votar, e que, por isso, foram inscritos manualmente, numa folha própria para o efeito que acompanha os cadernos eleitorais, pela então Presidente da Concelhia Dra. Martinha Soares, após consulta aos serviços do Partido e aceitação prévia dos elementos de ambas as listas concorrentes. Pelo que a equipa de José Manuel Fernandes acusa a lista derrotada de ter agido de má fé, frisando até que um desses três militantes era proponente da mesma.

Considerando que existem assim erros e contradições no acórdão do Conselho de Jurisdição, não deixam de sublinhar que o mesmo iliba a actual Comissão Política, desmentindo a acusação a lista derrotada de que os vencedores tinham cometido irregularidades, no seu ver incorrectamente imputadas no acórdão ao presidente da Mesa do Plenário e à líder da Comissão Política de então.

Daf o recurso ao Conselho de Jurisdição Nacional, embora reconhecendo José Manuel Fernandes e Cª, que "era muito mais fácil concorrer a novas eleições dado sabermos que neste momento as venceríamos facilmente", sob a alegação de que "os militantes do PSD sabem neste momento que em Vila Verde existe um grupo de pessoas que apesar de ter cartão de militante actua contra o Partido". Numa clara alusão, no-



meadamente ao nº 2 da lista derrotada, Pimenta Pereira, que aceitou uma vereação a tempo inteiro que lhe ofereceu António Cerqueira, após alguns meses de auto-suspensão do cargo sem pasta por incompatibilidade com a Comissão Política concelhia do seu partido. Atitude que lhe vai custar um processo disciplinar no seio do PSD, por ter violado a deliberação interna, anterior à reentrada de António Cerqueira, que proibia a aceitação de cargos a tempo inteiro ou a meio tempo na Câmara.

Aliás, José Manuel Fernandes deixa bem claro que a Comissão a que preside nunca permitirá que se coloque sequer a hipótese de António Cerqueira vir a ser um possível candidato à Câmara pelo PSD e que "só indivíduos do mesmo calibre e estatura moral é que o apoiam", aludindo à pena de prisão a que já foi condenado, à perda de mandato, às "fortes suspeitas de corrupção e aos vários processos pendentes em tribunal".

Insinuação que obteve pronta resposta da lista de Álvaro Santos, que a interpreta como manobra de diversão para encobrir as alegadas irregularidades ocorridas durante as eleições internas e como uma forma de pressionar os órgãos de decisão do PSD. Quanto ao recurso para o Conselho de Jurisdição Nacional, afirmam visar o prejuízo do projecto autárquico do partido e reflectir o "grande medo de serem confrontados com forte oposição dos militantes em novo acto eleitoral".

"AMAR TERRA VERDE" ENTREGA PRIMEIROS DIPLOMAS

Em cerimónia pública levada a efeito no dia 27 de Setembro, com início às 17 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, a Escola Profissional Amar Terra Verde procedeu à entrega de diplomas aos seus primeiros alunos finalistas.

Presidiram ao evento a Dra. Conceição Gama e os Drs. Porfírio Sampaio e Paulo Rodrigues, que dirigem a Escola Profissional desde a primeira hora, há mais de 3 anos, e os presidentes das Câmaras de Vila Verde e Terras de Bouro, com Amares a fazer-se representar pelo vereador Carlos Portela, que primou pela tardia comparência.

A presidente da Direcção do estabelecimento de ensino, Dra. Conceição Gama, foi quem principiou o período de alocações, delineando um sumário historial do mesmo,

felicitando os finalistas e agradecendo o papel essencial do corpo docente e a colaboração da Câmara Municipal. Num salão repleto de gente, a directora não deixou de dirigir palavras de estímulo aos novos alunos, que dentro de três anos constituirão a segunda geração de diplomados.

O edil vilaverdense António Cerqueira tomou então a palavra para, à mistura das habituais felicitações, sublinhar a importância que constitui para os concelhos de Vila Verde, Terras de Bouro e Amares, área de influência da Escola, a mão-de-obra qualificada que agora e no futuro sairá deste polo de ensino profissional. Dando as boas vindas aos novos alunos e louvando o trabalho desenvolvido pelos docentes, o edil manifestou confiança no futuro da Escola, prometendo em-

penho na continuação do apoio da autarquia.

E após um breve discurso de felicitações do Presidente da Câmara de Terras de Bouro, António Cerqueira procedeu à entrega dos 13 diplomas profissionais de nível 3 do curso de Mecânica de Frio e Climatização, equivalente ao 12º ano de escolaridade, e 18 diplomas de nível 2 aos formados em Cozinha e Pastelaria, curso equivalente ao 9º ano. Os alunos diplomados estagiaram em unidades hoteleiras e empresariais do distrito de Braga, tendo alguns desde logo garantido o primeiro emprego na qualidade de recém-formados nos locais de estágio, mostrando-se a Direcção da entidade formadora disposta a enviar todos os esforços no sentido de apoiar os restantes na consecução de tal objectivo.

Cerqueira reacende rasilho e queima-se

CÂMARA REJEITA LIGAÇÃO AO ATERRO DE BRAGA

Com a reentrada de António Cerqueira na Câmara Municipal de Vila Verde, o "dossier" Aterro Sanitário, que estava já praticamente adormecido, após momentos de acesa contestação das populações de Cervães e de Atiães e circunvizinhas, volta a despoletar acaloradas discussões e ataques políticos e pessoais.

A construção do aterro intermunicipal de Atiães, destinado a servir os concelhos de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro, havia já sido aprovado pelo executivo camarário no início do ano e posteriormente em Conselho de Ministros, assim como a integração na recém-criada Resicávada, a empresa responsável pelo empreendimento. Seguiu-se a polémica quanto à entidade que deveria proceder ao último estudo da capacidade do terreno para receber o aterro, no lugar de Pinheiral-Atiães, com os socialistas vilaverdenses a contestarem a atribuição "popular" dessa função à empresa encarregada da construção. Acabou por se decidir entregar os estudos à Universidade do Minho e tudo fazia crer que a breve trecho o aterro entraria na fase de construção, até porque estavam já acordadas as contrapartidas de que beneficiariam as freguesias afectadas pela execução do projecto.

Mas eis que surge António Cerqueira com a ideia de levar o lixo de Vila Verde para o aterro sanitário de Pedralva, alegando que ficaria mais económico entregar o tratamento do lixo vilaverdense à Braval, empresa concessionária daquela estação de tratamento de resíduos sólidos de Braga. De acordo com o edil, sairiam dos cofres municipais para os da Resicávada 36 mil contos anuais, contra os 12 mil que teriam que ser pagos à Braval, embora reconhecendo, de forma algo contraditória, que a estrutura projectada para Atiães não implicaria prejuízos ambientais e é necessária para o Concelho.

A proposta de António Cerqueira acabou por não encontrar adeptos na vereação camarária, mesmo entre os seus pares, tendo sido chumbada na reunião do executivo do dia 2 de Setembro, com os votos contra dos vereadores do PSD José Manuel Fernandes e Alberto Oliveira e do ex-presidente Bento Morais, que vinha conduzindo todo este processo, e às abstenções do vereador "popular" Mota Alves e do socialista José Gama, tendo-se registado a ausência do vereador social-democrata Pimenta Pereira, que reassumiu as suas funções após a suspensão motivada pelas eleições do seu partido, tido como um trunfo de António Cerqueira na votação deste assunto. Sentindo-se isolado nesta questão, o proponente faz uma declaração de voto em que salienta que com a decisão de levar por diante o aterro Atiães "o município perderá mais de 200 mil contos, em prejuízo da efectivação de várias infra-estruturas de que tanto carecem as freguesias, para além de incentivar s municípios a novas manifestações de descontentamento".



• Mais uma manifestação

O mote estava lançado e como que por encanto, uma semana depois (9 de Setembro) populares das freguesias de Atiães, Parada de Gatim, Cervães e Oleiros invadem os Paços do Concelho, manifestando-se de novo contra a instalação do aterro em Atiães e exigindo, no salão nobre, a presença dos vereadores que votaram contra a ligação ao aterro de Braga. Embora reconhecendo a importância da existência de um aterro no concelho, António Cerqueira foi dizendo aquilo que os manifestantes queriam ouvir: que a adesão ao aterro de Braga era economicamente vantajosa e também politicamente, porque não teria que suportar a revolta das populações, e que enquanto se pagava o lixo à tonelada estava-se a ganhar tempo, podendo até dar-se o caso de entretanto aparecer uma solução mais simples do que os aterros sanitários para resolver o problema dos resíduos sólidos.

Mas, incompreensivelmente, prometeu desde logo a criação de uma comissão encarregada de escolher locais alternativos ao de Atiães, o que acalmou o nervosismo das várias centenas de populares que abarrotaram o salão nobre.

Já os seus opositores, incluindo o seu ex-braço direito, Bento Morais, lembraram os manifestantes que foi António Cerqueira quem anos atrás indicou aos técnicos encarregados da elaboração do PDM Atiães como o local ideal para o aterro e que está a enganar as populações ao não lhes revelar que a eventual ligação a Braga implicaria igualmente a construção de um aterro no futuro, com a agravante de então ser necessário não um terreno de 11 mas de 40 hectares, para receber, para além dos lixos de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro, também os de Braga, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, afirmando mesmo que a manifestação não passava de uma maquinação do regressado autarca.

• PSD desafia António Cerqueira

Para tornar bem clara a sua posição, a Comissão Política Concelhia do PSD, convocou para o dia seguinte à manifestação (10 de Se-

tembro) uma conferência de imprensa em que, acusando António Cerqueira de "mentir uma vez mais" ao afirmar que não era sua intenção trazer o lixo de Braga para Vila Verde, lhe lançou o seguinte desafio: "o Sr. Presidente da Câmara marca já uma reunião extraordinária e os Vereadores do PSD votarão a favor da integração do aterro sanitário em Pedralva, desde que nos garanta que o lixo dos outros concelhos não vem, depois, para Vila Verde".

José Manuel Fernandes afirmou à comunicação social que o Presidente da Câmara, após a manifestação, informou a vereação de que afinal os valores a pagar à Braval e à Resicávada eram iguais, pelo que o acusou de denegrir propositadamente a imagem dos seus colegas de Câmara. Mostrou-se convicto de que as últimas manifestações revelam que as pessoas já não acreditam na gestão CDS/PP, em políticos condenados a prisão e com graves processos em tribunal, que "ajudaram a criar a ideia de que os políticos são todos iguais e que só se movem por interesses".

Em Nota à Imprensa, António Cerqueira refuta as acusações social-democratas e informa que a equivalência de preços se ficou a dever a uma reunião que o vereador Mota Alves, no dia 3 de Setembro, teve com a administração da Resicávada.

Em face de uma não resposta do presidente da edilidade ao desafio do PSD, os vereadores deste partido, para "demonstrar à população quem mente e quem fala verdade", apresentaram, na reunião camarária de 16 de Setembro, uma proposta no sentido de que os lixos de Vila Verde sejam tratadas em Braga desde que sejam dadas garantias que os lixos de Braga e dos outros concelhos não venham depois para Vila Verde. A proposta foi aprovada por unanimidade, comprometendo-se António Cerqueira a dar uma resposta definitiva sobre a questão na reunião seguinte, o que acabaria por não acontecer, já que o edil não compareceu, o que indignou os vereadores "laranja", estranhando ainda que houvesse sido delegado no vereador do PSD Pimenta Pereira o processo do aterro, que prossegue, para que os fundos comunitários inerentes não sejam comprometidos.

Regresso de Cerqueira provoca dúvidas, divisão e "vinganças"

Como já se esperava, a reentrada de António Cerqueira para a presidência da Câmara Municipal de Vila Verde provocou um verdadeiro reboliço no cenário político concelhio e na funcionalidade dos próprios serviços camarários.

Na reunião de 3 de Setembro o executivo camarário decidiu declinar qualquer responsabilidade caso se venha a constatar que a reassumpção de funções de António Cerqueira não se processou de forma regular, revelando impaciência pela demora da resposta a um parecer jurídico solicitado à CCRN, em face das dúvidas que a própria secção jurídica da Câmara continua alegadamente a revelar. Os vereadores duvidam que António Cerqueira pudesse dar entrada sem a existência de qualquer decisão judicial, só porque a nova lei da tutela administrativa haja sido alterada e ao que tudo indica lhe seja favorável. O edil reentrou em funções com a apresentação de uma certidão do Tribunal Constitucional, em que se referia que no entanto o caso seria posteriormente alvo de uma decisão.

E logo no dia que se seguiu à reunião camarária, a Comissão Política do PSD veio a público denunciar a atitude "vingativa" que alegadamente António Cerqueira vem protagonizando no seio da estrutura camarária, promovendo e despromovendo pessoas. Os social-democratas referem-se particularmente ao afastamento do cargo de chefe da repartição financeira, exercido há mais de 20 anos no decurso de um concurso público, da esposa de Bento Morais, interpretado como retaliação à decisão deste último, enquanto presidente da Câmara, de despromover a filha de Cerqueira de assessora da presidência, para que fora e voltou a ser agora nomeada pelo pai, para os serviços de turismo.

Também no seio do próprio Partido Popular está instalada a indecisão e até mesmo a confusão, com a Comissão Política Concelhia, presidida por Bento Morais, por incapacidade física do Dr. Domingos Pereira, a mostrar-se publicamente preocupada com o clima de "incerteza e insegurança" e de "oportunismo" que alegadamente se vive no concelho, questionando a gestão de António Cerqueira, designadamente no que concerne à sua postura face ao aterro sanitário, e assegurando que o cabeça-de-lista para as próximas eleições autárquicas não foi ainda escolhido.

Já a Juventude Centrista, presidida por Daniel Cerqueira, sobrinho do actual presidente da Câmara, demarca-se das posições da estrutura sénior, mostrando-se favorável às decisões de António Cerqueira. E os jovens centristas mostram-se mesmo agastados por terem deixado de ser convocados para as reuniões do partido, tendo até já denunciado tal facto à Comissão Política Distrital, garantiu-nos o seu líder.

Entretanto, o Tribunal Administrativo do Porto, que em 1994 havia condenado António Cerqueira à perda de mandato por licenciamento de um prédio num loteamento clandestino na sede concelhia, começou no dia 20 de Setembro a debruçar-se novamente sobre o seu processo, agora à luz da nova lei da tutela administrativa.

Onde está a alternativa à Câmara Municipal?

A pouco mais de um ano das eleições autárquicas, a maioria dos vilaverdenses interrogam-se se haverá alternativa à gestão camarária de António Cerqueira. Digo António Cerqueira e não Partido Popular pois aquele actua como se um partido tivesse, à revelia do Partido que o apoiou mais de vinte anos. Actualmente parece existir uma grande promiscuidade nos principais partidos deste concelho, principalmente na actuação de alguns militantes. Primeiro deveriam estar os princípios e depois os interesses. Pelo menos assim deveria de ser. Na prática, os partidos a nível concelhio infelizmente demonstram que assim não é. Por causa dos interesses ignoram-se os princípios. Passa-se por cima de tudo e de todos. Por cima das decisões das direcções partidárias e dos princípios que estes defendem. Defendem os valores e princípios de um determinado partido para serem eleitos nas suas listas e posteriormente, em troca por um prato de lentilhas, renegam-se esses princípios e esses valores. Vive-se num concelho com muitas pressões e há quem lhes não resista, desde que vejam que assim podem aumentar a conta bancária e consolidar o pódio em que se empoleiraram. Calam-se. Cedem. Atacam os colegas de partido que os ajudaram a colocar no poder. Dão o dito pelo não dito. Fazem o que não deveria ser feito e permitem o que não deveriam permitir. Hoje, a nível concelhio os partidos encontram-se minados por determinados militantes e lobbis que querem continuar a viver à custa do orçamento camarário.

Devido a esse tipo de militantes os partidos encontram-se mornos, desmotivados, anémicos, divididos, desunidos e desavindos. Os partidos em vez de forças políticas organizadas parecem ser grupos de notáveis que mobilizam apoios próprios. Os partidos da oposição em vez de apresentarem aos Vilaverdenses candidatos responsáveis, competentes, sérios, dinâmicos e propostas concretas e apresentarem-se ao eleitorado como autênticas alternativas, capitalizando o descontentamento que existe no concelho com o actual poder, guerreiam-se entre si e uns aos outros e muitos militantes deixam-se seduzir e assediado pelo poder para comerem algumas migalhas do orçamento camarário.

As direcções partidárias para dignificarem os partidos e não deixarem estes cair em descrédito, terão de correr com este tipo de militantes, que sem o mínimo de ética servem, ora o poder ora a oposição, defendendo unicamente os seus interesses pessoais em vez dos interesses do concelho, hipotecando o partido que lhes deu o ser.

Amaro Arantes



ESTRELA DE PARIS

Moda Feminina

Importado directamente de PARIS

Exclusivos, Lingerie, Bijuteria Fantasia,

Perfumes de Marca e

Acessórios.

Novas colecções todas as semanas.

Lugar do Pontido • Quinta da Botica, nº 67
Vila de Prado • 4730 VILA VERDE

Júlio F. Gonçalves



Fabricante
de Candeeiros

Armazém de Louças

Artigos de Decoração

Brinquedos

Lugar do Monte - Oleiros - PRADO - Telef. / Fax (053) 922332 - 4730 Vila Verde



Comércio de Máquinas
e Alfaias Agrícolas, L.da

Gerência de Abel José Mota Alves

Stand e Exposição
VILA VERDE

Escritório
Talhões - Pico de Regalados
Telef. 32289
4730 VILA VERDE

Representante das Máquinas Agrícolas
INTERNACIONAL CASE - PASQUALI
COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS USADAS

APARÍCIO & FILHOS, L.DA

EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

SEDE: PRADO (S.TA MARIA) - 4730 VILA VERDE

ESCRITÓRIO - TELEF. 921112
FAX 923977

EXECUÇÃO DE:

URBANIZAÇÕES
PAVIMENTAÇÕES
TERRAPLENAGENS
SANEAMENTO BÁSICO, ETC.

COMPRA E VENDA DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO

VENDA DE APARTAMENTOS

CENTRAL DE BRITAGEM - LANHAS - VILA VERDE - TELEF. 311435

FIAT

Francisco Rosas & Macedo, L.da



REPRESENTANTES PARA O
CONCELHO DE VILA VERDE
DAS MARCAS

FIAT E LANCIA



Rua Dr. Francisco A. Gonçalves - VILA DE PRADO
Telefone 921580 4730 Vila Verde

A. F. de Braga. A. F. de Braga. A. F. de Braga

"Reestruturação do futebol distrital"

PRADO CONTESTA SUSPENSÃO DO CAMPEONATO DE JUNIORES

A reunião da Assembleia Geral da Associação de Futebol de Braga do dia 5 de Setembro, convocada para decidir sobre a proposta previamente endereçada aos clubes de reestruturação do futebol distrital, contou com uma afluência record de clubes (101 dos 178 inscritos).

No último número já havíamos informado que a proposta da Associação visava a extinção da III Divisão e apontava para a divisão de todas as séries, desde a Divisão de Honra à II Divisão, em zonas. A extinção da III Divisão foi votada favoravelmente, mas a divisão em zonas não foi aceite pelos clubes.

DIVISÃO HONRA

A Divisão de Honra, em que participa o clube representativo da sede do nosso concelho, o Vilaverdense F. C., continuará a ser disputada numa só série de 16 clubes, com a 1ª jornada já disputada no fim de semana de 28/29 de Setembro:

Oliveirense - Dumiense	2-1
Brito - Marinhãs	3-0
Serzedelo - Bº Misericórdia	7-0
Ponte - Alvelos	1-1
Celeirós - Maximinense	0-1
Cabeceirense - Airão	3-2
Delães - Martim	1-2
Fão - Vilaverdense	0-0

I DIVISÃO

No que diz respeito à I Divisão, onde participa o Pico de Regalados, foi aprovado o alargamento para três séries, com 16 clubes cada uma, e também foi dado o pontapé de saída em 28/29 de Setembro:

Aveleda - Soarense	2-1
Alegrienses - Realense	4-0
Ferreirense - Maikes	0-2
Gualtar - Enguardas	3-0
Palmeiras - Tibães	1-0
Pedralva - CD Amares	1-0
Adaúfe - Este	1-3
T. Bouro - P. Regalados	3-2

II DIVISÃO

A II Divisão está este ano dividida em 5 séries, com os representantes do concelho de Vila Verde - Lage, Cabanelas, Prado, Ribeira do Neiva e Lanhas - distribuídos pelas séries A e B e o início da prova marcado para 5/6 de Outubro:

SÉRIE A

Antas - Necessidades
Cristelo - Lage
Granja - Remelhe
Lama - Baluganense
Estrelas Faro - Fragoso

Ucha - MARCA
Cabanelas - Roriz

SÉRIE B

Prado - Ribeira Neiva
Leões - Lanhas
Gerês - Peões
Águias - Parada Tibães
Caldelas - Semelhe
Santa Tecla - Panoienense
Arsenal - Estrelas Figueiredo

Mas posteriormente tiveram que ser feitas alterações nas séries C e D, por alegados erros nas distribuições geográficas, o que não agradou ao Lomarense e ao Figueiredo, que transitaram para a série D e ameaçam abandonar a competição, tendo mesmo a Direcção daquele clube pedido a impugnação da divisão secundária distrital, argumentando a realização de dois sorteios.

LAGE APRESENTA PLANTEL EQUILIBRADO

Tó Laranja, depois de uma época verdadeiramente desastrosa ao serviço do G. D. de Prado, quando, ao constituir uma equipa com pretensões declaradas de subida de divisão, acabou por não evitar a despromoção, surge novamente na A. D. da Lage, coadjuvado por Pepo, certamente na mira de relançar a sua imagem, superando um inesperado acidente de percurso.

A realização de uma época sem sobressaltos e com a veleidade de ir mais longe se a concorrência o permitir é seguramente o propósito de uma equipa com bastantes reforços, parte deles oriundos da equipa que Tó Laranja orientou sem sucesso na época finda:

G.R.: Pataco e Rolando (ex-Panóias).
Defesas: Arantes, Jota, Fernando, João (ex-G.D. Prado), Zé Manuel (ex-G.D. Prado), Nogueira e Faneco (1ª inscrição)
Médios: Carlos, Mingos, Kida, Beato (ex-G.D. Prado), Sica e Silas (ex-Prado)
Avançados: Mendrilha, Reguila (ex-junior Merelinense) e Tomas.

DIRECÇÃO:

Pres. - Avelino Terra Nogueira
Vice-Pres. - José Valente
Vice-Pres. - Álvaro Nogueira
Tesoureiro - António Oliveira
Tes. adjunto - José Terra Nogueira
Secretário - José Nogueira
Vogal - Filipe Miranda
Vogal - Fernando

TAÇA

Pelo menos a Taça da Associação de Futebol de Braga principiou a

tempo e horas (7/8 de Setembro):
Pico Regalados - Cabanelas 1-0
Lage - Vilaverdense 1-2
Na 2ª eliminatória, o encontro Caldela-Vilaverdense foi adiado. Pico Regalados - CD Amares a)7-6 a) Após recurso a penalties.

JUNIORES I DIVISÃO

Quando nada o fazia prever, na mesma reunião acabaria por ser decidida igualmente a suspensão do Campeonato da I Divisão do escalão júnior, que iria começar menos de dois dias depois (7/8 de Setembro) e para cuja 1ª jornada estavam já nomeados árbitros. O presidente do Águias da Graça alegou que uma série de 18 equipas era demasiado extensa, sobretudo tendo em conta a longa deslocação a Celorico de Basto, e propôs a divisão em duas séries de 10, com a chamada de dois clubes da II Divisão.

À secção juvenil do G. D. de Prado não agradou tal decisão, que a contestou por escrito de forma veemente junto dos dirigentes associativos. Argumentaram os pradenses ser inadmissível que se adie o início de uma competição mesmo em cima da hora, sob proposta de dois ou três clubes que "começaram tarde a preparação da época e pretendem ganhar tempo", quando a maioria sacrificou o período de férias de jogadores, técnicos e dirigentes, para agora depararem com um frustrante adiamento, que na sua óptica assume foros de gravidade pelo carácter deformativo que encerra, tendo em conta o sensível escalão afectado.

E afinal, em reunião de 12 de Setembro, acabou por ficar decidido que tudo se manteria na mesma já que dos 15 clubes representados 7 votaram contra a proposta de alteração para duas séries, 7 a favor e 1 absteve-se. Quem acabaria por beneficiar com o adiamento do início da prova para 21/22 de Setembro foi o Inter da Boavista, que foi repescado da II Divisão para substituir o desistente Nogueirense. Inter que foi derrotado pelo G. D. Prado no seu terreno logo à entrada do campeonato por 2-4.

2ª JORNADA

Águias Graça - Andorinhas	1-1
Serzedelo - Esposende	1-4
Marinhãs - Famalicão	0-2
Santa Maria - Brito	2-0
Prado - Palmeiras	0-0
Celoricense - Inter Boavista	1-2
Ginásio Sé - Pevidém	0-1
Merelinense - Ruivanense	2-2
Taipas - Celeirós	4-0

Moure inaugura Centro Paroquial

A freguesia de Moure passou a contar, desde o dia 8 de Setembro, com a existência de um Centro Paroquial e Social na Avenida Padre Mário, ali bem próximo da igreja.

Cerca de 8 anos após a bênção e lançamento da primeira pedra (13/11/88), esta paróquia vilaverdense passa assim a dispôr de um novo e moderno espaço de actividade e convivência religiosa e social. Equipamento que fica a dever-se ao empenho da sua Direcção, inicialmente presidida pelo Padre José Barbosa Granja e na altura da inauguração pelo pároco José Carlos Barbosa da Costa, secundado pelo Engº José Manuel Fernandes (vice-presidente), por José Barbosa (secretário) e por Domingos José Duarte de Macedo (tesoureiro).



Ali estão desde já instalados os meios materiais e humanos que permitem a prestação de um atendimento domiciliário às pessoas da Terceira Idade mais carenciadas da paróquia.

Associação de Paçô promove grande prémio de atletismo

A Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Paçô, conjuntamente com a Comissão de Festas de S. Miguel, organizou, no dia 28 de Setembro, o I Grande Prémio de Atletismo das Festas de S. Miguel.

A iniciativa contou com a colaboração do Gabinete de Animação Desportiva da Casa Municipal da Cultura de Vila Verde.

CARTA AO DIRECTOR

"Vimos solicitar, ao abrigo da Lei de Imprensa, a publicação desta nossa missiva repondo a verdade em relação à vossa notícia sob o título "Acidente quase vítima Quim Zé", inserta no vosso jornal nº 114 datado de 96/08/31.

O vosso jornalista que recolheu dados sobre o acidente acima mencionado deve ter sido mal informado, o que deu azo a uma notícia errónea e passível de pôr em causa o homem e o processo resultante do acidente.

O acidente ocorrido em 96/08/08 resultou de um embate lateral do motociclista, o Quim Zé, com um todo o terreno que por falta de respeito pela sinalização existente, atravessou a via aquando da aproximação do motociclista.

Até aqui retrata a notícia o acidente, só que o embate lateral foi na porta direita do todo o terreno e não como é mencionado, na traseira da viatura. Também é pelo vosso jornal mencionado excesso de velocidade do motociclista e, o vosso jornalista queremos acreditar, foi mal informado. O "Quim Zé" deslocava-se às habitações sociais junto ao cruzamento onde se deu o acidente, para recolher um familiar, situação que põe em causa a versão apontada sobre o excesso de velocidade (as motos em excesso de velocidade não conseguem parar em 20 metros, para não falarmos em aspectos técnicos que se prendem com o normal embate por excesso de velocidade).

Quanto à terceira situação que consideramos desinformativa na vossa notícia prende-se com o estado de inconsciência que retratam como sendo o apresentado pelo "Quim Zé" após o acidente. O "Quim Zé" após o acidente ficou consciente, foi transportado para o Hospital de S. Marcos consciente sofrendo aí a primeira operação, tendo no dia seguinte falado com várias pessoas entre elas a esposa e seguiu consciente para o Hospital de S. João, no Porto, onde por opção médica, e aí sim, foi adormecido com sedativos."

Motor Club Margens do Cávado

A MARATONA — PRADO

Artigos Desportivos

APOIA E FORNECE A EQUIPA
"VILA VERDE" — ALEMANHA
A disputar o Campeonato Alemão
de Futebol 11



Rua Costa Faria, 25 - Telef. 921457 ; Resid. 924418 ; Vila de Prado

JÁ ABRIU

SALÃO DE ESTÉTICA E BELEZA

ROSÁRIO

Rua Francisco Lopes Ferraz, 1º / Sala 1 — Telef. 92 31 98
Vila de Prado — 4730 VILA VERDE



FÁBRICA DE BORDADOS REGIONAIS
ARTIGOS DE ARTESANATO EM LINHO
MINHO - PORTUGAL

Maria Helena Dantas, L.da
EXPORTADORES

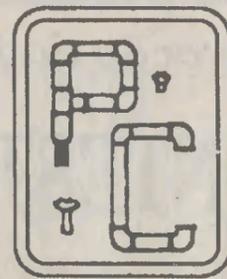
Variedade de linhos, Toalhas de Mesa, Jogos à Americana,
Tabuleiros, Sacas, Guardanapos, Artigos com renda, etc.

Reposteiros e cortinados, colchas coroa-de-rei e estilo
antigo, naperons decorativos, palas, abat-jours

SEDE E FÁBRICA - Lugar da Fuzelha - PRADO (S.ta Maria)

Telefs. - 922247 / 922269 - Fax 921869

AGORA COM LOJA COMERCIAL - Lugar do Outeiro - PRADO (S.ta Maria)
Telef. 921001 4730 Vila Verde



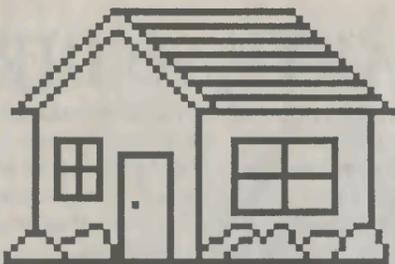
PICHELARIA CÁVADO, L.DA

AQUECIMENTO CENTRAL

ESTUDO E MONTAGENS

PISCINAS E BOMBAS

BOM SUCESSO - PRADO - TELEF. 921593 - FAX 922646
4730 VILA VERDE



CONSTRUÇÕES DE

João Pereira de Macedo

Compra e venda de propriedades
Vivendas e apartamentos
Escritórios - Estab. Comerciais - Quintas - Lotes
para construção - Venda e aluguer de armazéns

CONTACTE:

Escritório: Av. da Liberdade, 498 1º Esq. - 4700 BRAGA - Telefs. 26535 / 77318

Residência: Prado (S.ta Maria) - Vila Verde - Tel. 921319

ESCOLA DE CONDUÇÃO

VERDE MINHO

GERÊNCIA DE: *JOSÉ FERREIRA & FONTES*

Trata de toda a documentação p/ condutores e
automóveis

Formação e atendimento rápido para emigrantes

- Ligeiros
- Pesados
- Motociclos

PRADO - Telef. Escola 921215 - Resid. 71552 - 4730 Vila Verde



Gabinete de Contabilidade de Prado, L.da

Equipamentos de Escritório:

- Computadores
- Consumíveis de Informática
 - Fitas para todo o tipo de máquinas de escrever e impressoras
 - Papel em contínuo
 - Disquetes
- Máquinas de escrever e de calcular
- Fotocopiadores
- Telefax
- Mobiliário
- Estudos económicos
- Seguros



Lugar do Pontido - PRADO (S.ta Maria) - Telef./Telefax 921398
4730 Vila Verde

MBM

Manuel Barbosa & Macedo, L.da
ARMAZENISTAS - DISTRIBUIDORES



Motorizadas Sachs - Casal - Famel
Macal - Motos Cagiva - Ducati
Husquevarna - Scooters Suzuki
Yamaha - Honda - Bicicletas
Acessórios e Reparações
Agente Oficial Lubrificantes ESSO

Rua Francisco Lopes Ferraz, 45
PRADO - Telef. 921185
4730 Vila Verde

GALERIAS CARLIM



**MODA
JOVEM**

Armandino Araújo Carvalho

Rua Francisco Lopes Ferraz, nº 10 - Telef. 921621 - PRADO

*Se tem Problemas de Visão
a*

ÓPTICA DE PRADO

Deve Visitar

Marcações de Consultas

Médico Oftalmologista

Óculos de Sol

**Lentes e Armações
de Marcas Consagradas**



LARGO S. SEBASTIÃO — EDIF. BOM SUCESSO — LOJA 1
TELEF. 92 18 94 — PRADO — 4730 VILA VERDE



Fábrica de Confecções Leather, Lda

CONFEÇÃO EM COURO E ANTÍLOPE

SEDE: Lugar do Faial - PRADO
Telefs. 921102 / 921845 / 921155 / 921148
Telex 32258 LEATHR P - Apartado 9 Telefax 921154
4730 VILA VERDE - PORTUGAL

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls. 93 a fls. 94 vº do livro de notas nº. 71-C, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 20 de Agosto de 1996, uma escritura de justificação outorgada por:

CÂNDIDA CORREIA, viúva, natural da freguesia de Pedregais, deste concelho e residente no Bairro da Cruz Vermelha, Rua Maria Margarida em Lisboa, tendo nela declarado o seguinte:

Que é dona e legítima possuidora, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO MISTO, composto de CASA E EIDO, sito no lugar de Romeu, da freguesia de Pedregais, deste concelho, com a superfície coberta de 120m² e descoberta de 741m², descrito na Conservatória do Registo Predial não como parte do número trinta e oito mil quinhentos e sessenta e dois, cuja área se acha compreendida em parte do prédio descrito como segunda gleba do número quatro mil oitocentos e sessenta e sete, inscrito na actual matriz predial sob os artigos 72 urbano e 281 rústico, com o valor patrimonial global de 7 487\$00, a que atribui o valor de 800 000\$00.

O referido prédio encontra-se inscrito na matriz urbana, três quartos indivisos em nome de Manuel Pereira Dias e um quarto indiviso em nome de Maria Gracinda Cunha e na matriz rústica em nome de Olinda Pereira Dias e na Conservatória encontra-se registado a favor de Luís António Lopes, casado, pela inscrição número nove mil oitocentos e oitenta e dois, de catorze de Janeiro de mil novecentos e catorze.

Que adquiriu o dito prédio já no estado de viúva por lhe ter sido adjudicado na escritura de partilhas de quinze de Outubro de mil novecentos e noventa, exarada a folhas setenta e nove verso do livro de notas número quarenta e quatro-F, deste Cartório, por óbito de sua cunhada, irmã do seu marido-Olinda de Jesus Pereira Dias ou Olinda Pereira Dias, solteira,

maior.

Que os únicos herdeiros daquela cunhada Olinda de Jesus Pereira dias, foram os três irmãos- Joaquim Pereira Dias, Emilia Pereira Dias e Abílio Pereira Dias e ainda os três sobrinhos António Vilela Dias, Maria das Dores Vilela Dias Pereira e Emilia Vilela Dias Gonçalves, filhos do irmão pré-falecido, Armindo Pereira Dias, conforme escritura de habilitação de 10 de Maio de mil novecentos e oitenta e nove, exarada a folhas trinta verso do livro de notas número trinta e nove -F, deste Cartório.

Que o mesmo prédio fora doado em comum e partes iguais àquela Olinda de Jesus Pereira Dias e a seu irmão Joaquim Pereira Dias- marido da justificante-por seus pais Manuel Pereira Dias e mulher Rosa Maria Dias, por escritura de sete de Novembro de mil novecentos e quarenta e nove exarada a folhas dez verso do livro de notas número cento e cinquenta e seis do Primeiro Cartório da extinta Secretaria Notarial deste concelho, prédio este então inscrito na matriz rústica sob o artigo 483, tendo os doadores reservado o usufruto e sendo já falecidos, conforme certidões de óbito já exibidas neste Cartório aquando da dita escritura de partilhas.

Que ela justificante ignora como aqueles seus sogros adquiriram o prédio, sendo contudo certo que por si antecessores já o possui há mais de quarenta anos, detendo-o, fruindo-o como coisa sua, cultivando-o e aproveitando as suas utilidades com conhecimento e à vista de toda a gente, sem oposição de ninguém, sem violência e sem interrupção no tempo, pelo que por meio dessa posse o terá adquirido por usucapião que invoca para efeitos de registo na Conservatória.

ESTÁ CONFORME
Cartório Notarial de Vila Verde, 21 de Agosto de 1996.
A Ajudante
(Ana Maria Travessa Monteiro Marques)

AMA,
TOMA CONTA DE CRIANÇAS

TELEF. 923 931

PASTELARIA S. SEBASTIÃO

FABRICO DIÁRIO DE PASTELARIA FINA

BOLOS DE NOIVA - BAPTIZADOS
COMUNHÕES - ANIVERSÁRIOS

PRADO - TELEF. 921657
4730 VILA VERDE

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls. 48vº a fls.50, do livro de notas para escrituras diversas nº 73-A, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 25 de Setembro de 1996, uma escritura de justificação outorgada por:

ANTÓNIO FERNANDES GOMES, NIF 165318309 e mulher **ROSA DE SÁ RIBEIRO**, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Soutelo, onde residem no lugar de Burgueiros e ela da freguesia de Oleiros, ambas deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, dos seguintes bens imóveis situados no lugar de Burgueiros da indicada freguesia de Soutelo:

UM-PRÉDIO URBANO denominado "UMA MORADA DE CASAS TORRES, com LOGRADOURO", com a superfície coberta de 137m² e logradouro com a área de 350m², a confrontar do norte, sul e poente com António Fernandes e do nascente com o caminho, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 101, com o valor patrimonial de 11.399\$00, a que atribuem o va-

lor de 200.000\$00.

DOIS-PRÉDIO RÚSTICO denominado "LEIRA DO EIDO", terra de lavradio e mato junto, com a área de 2.040m², a confrontar do norte com Maria Isabel Ferraz de Sousa, do nascente com João Ferreira da Silva, do sul com António Fernandes Gomes e do poente com Rosa Ferraz de Sousa, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 604, com o valor patrimonial de 7.359\$00, a que atribuem o valor de 100.000\$00.

TRÊS-PRÉDIO RÚSTICO denominado "LEIRA DO EIDO", terra de lavradio e mato junto, com a área de 2.041m² a confrontar do norte com António Fernandes Gomes, do nascente com João Ferreira da Silva, do sul com o caminho público de Burgueiros à Estrada Camarária e do poente com Rosa Ferraz de Sousa, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 615, com o valor patrimonial de 7.359\$00, a que atribuem o valor de 100.000\$00.

Que os referidos prédios encontram-se omissos do Registo Predial deste concelho e estão inscritos na respectiva matriz em nome

do justificante.

Que, efectivamente os justificantes são donos e legítimos possuidores dos citados prédios há mais de 33 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-os e deles extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que os referidos prédios foram adjudicados ao Justificante na Partilha de seus pais Abílio Fernandes e mulher Maria Antunes Gomes, partilha essa feita com os restantes irmãos Maria Fernandes Gomes, Rosa Fernandes Gomes, Mário António Gomes Fernandes, por contrato não reduzido a escritura pública, por volta do ano de 1966.

Porém, como vêm possuindo desde então os prédios na forma acima referida, adquiriram os mesmos por usucapião, que invocam para a primeira inscrição na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.
Cartório Notarial de Vila Verde, 27 de Setembro de 1996.
A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves Guimarães Rodrigues da Silva)

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls.36vº, a fls.38, do livro de notas para escrituras diversas nº72-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 6 de Setembro de 1996, uma escritura de Justificação outorgada por:

ANTÓNIO JOAQUIM DE ARAÚJO SANTANA e mulher **ROSA FONSECA DE OLIVEIRA**, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Freiriz e ela da freguesia de Moure e residentes na Avenida Igreja Nova da freguesia de Vila de Prado, todas deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém dos seguintes bens imóveis situados na Avenida da Igreja Nova da indicada freguesia de Prado Santa Maria:

UM-PRÉDIO URBANO denominado "CASA DE RÉ-DO-CHÃO E ANDAR, com LOGRADOURO", com a superfície coberta de 109m² e descoberta de 206m², a confron-

tar do norte com a Avenida da Igreja Nova, do sul com Manuel Ferraz Machado Lima, do nascente com José Domingues e do poente com António Joaquim de Araújo Santana, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 704, com o valor patrimonial de 779.220\$00, a que atribuem o valor de 800.000\$00.

DOIS-PRÉDIO URBANO denominado "CASA DE RÉ-DO-CHÃO, com LOGRADOURO", com a superfície coberta de 37,80m² e descoberta de 141,20m², a confrontar do norte com António Joaquim de Araújo Santana, do sul com ponta aguda com a Estrada Nacional, do nascente com Manuel Ferraz Machado Lima e do poente com a Avenida da Igreja Nova, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1.699, com o valor patrimonial de 918.000\$00, a que atribuem o valor de 920.000\$00.

Que os referidos prédios se encontram omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho e estão inscritos na matriz em nome do justificante.

Que eles justificantes edificaram estes prédios numas parcelas de terreno que adquiriram a António Augusto de Sá Machado e mulher Rosa Machado, residentes que foram no lugar da Estrada da dita freguesia de Vila de Prado, por volta do ano de 1972, por contrato não reduzido a escritura pública.

Que, desde essa data entraram na posse das parcelas, onde mais tarde construíram as casas, nessa posse se mantendo desde então e, assim, há mais de 22 anos, pública, pacífica; à vista de toda a gente e sem oposição de quem quer que fosse, usufruindo os prédios com ânimo de verdadeiros donos, pelo que o teriam adquirido por usucapião, que invocam para efeitos de registo em seu nome na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.
Cartório Notarial de Vila Verde, 16 de Setembro de 1996.
A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves Guimarães Rodrigues da Silva)



PICHELARIA PINTO

A. J. Alves Pinto e Filhos, L.da

Aquecimentos Centrais
S. Sebastião - Prado (S.ta Maria) - 4730 Vila Verde
Telefs.: Escrit.: 921085 - Resid.: 32535

CANALIZAÇÕES

PISCINAS

Recordando o passado

Estaremos em breve a comemorar o primeiro de Novembro, dia vulgarmente conhecido por dia de todos os Santos.

Por tradição, vamos ao cemitério evocar os nossos antepassados, os nossos entes queridos, embora não seja o dia próprio desta efeméride (feies defuntos).

Este dia de Todos os Santos, é um dia festivo para a Igreja Católica, recordando-nos todos os Bem Aventurados, conhecidos e desconhecidos.

O nosso povo, esquecendo esta festividade da Igreja, transforma este dia em romagem aos cemitérios, não propriamente para evocar os seus mortos, mas sim numa autêntica romaria anual.

Não é o sentimento da saudade que lá os conduz, mas antes expor as vaidades e o orgulho. Cada qual procura enfeitar as sepulturas sagradas dos seus pais, ou filhos, com as flores mais caras e raras. Os nossos mortos tudo nos merecem: paixão, meditação e saudades; mas nunca o orgulho vaidoso de transformar esses leitos eternos em hortos profanos de vaidade.

Certo dia, duas crianças permaneciam junto das sepulturas de seus pais. Uma criança era rica, a outra era pobre. A criança rica, ostentando opulência e vaidade, juntou a sepultura de seu pai com as mais belas e caríssimas flores, completando este adorno com um grande Círio, manifestando assim a sua dor da orfandade de vaidade e de prazer.

A criança pobre, esfarrapada pela miséria, curvada sobre a sepultura de seu pai, segurando nas suas mãos trémulas uma simples e desconhecida flor, mas orvalhada pelas lágrimas copiosas que lhe lavavam a face, exprimia com saudade a inconsolável dor que lhe dilacerava o coração.

Não é na vaidade das flores gritantes que traduzimos a saudade, a paixão e os nossos sentimentos fraternos, mas sim, na singeleza das flores modestas e regadas com as comoventes e sinceras lágrimas da saudade.

Vamos aos cemitérios visitar as jazidas eternas dos nossos queridos defuntos mergulhados na meditação e nos sentimentos fraternos da saudade, e nunca para se cumprir um calendário profano duma romaria. Vamos com respeito e amor.

Loureiro

Boletim Municipal

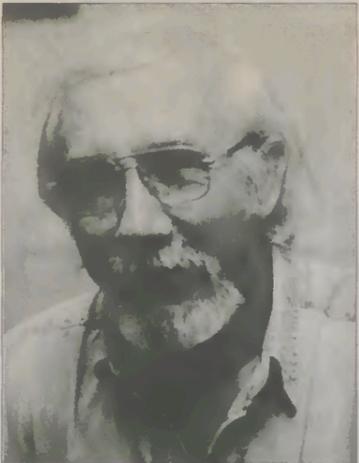
Cerqueira dá nota positiva a Morais

Acaba de ser editado o segundo número deste ano do Boletim Municipal, que, reportando-se quase exclusivamente à era da administração de Bento Morais, marca o regresso à Câmara Municipal de Vila Verde de António Cerqueira.

A esta publicação terá sido apenso, por força das circunstâncias, um Editorial do actual presidente da edilidade, em que manifesta regozijo pela recepção de que foi alvo na hora do regresso, que, afirma, "traduziu o sentido de reconhecimento duma obra feita para todos e em favor de todos". Regresso que legitima, alertando a navegação que apenas terão lugar no barco que volta a ser seu aqueles que "se empenhem no desenvolvimento e progresso deste concelho que tanto amamos". António Cerqueira dá "nota positiva" à administração autárquica nos quase dois anos em que esteve ausente, mas faz questão de salientar que tudo o que foi feito nesse período apenas representa uma continuidade "dos parâmetros que vinham a ser estruturados e planeados".

Seguem-se 18 páginas de excelente arranjo gráfico, distribuídas por 10 secções, em que para além do habitual leque de obras da edilidade, merecem realce a Educação e Cultura, designadamente a assinatura do protocolo que permitirá a construção das 3 novas escolas do ensino básico e 16 jardins de infância, a grande bandeira da era Morais.

Em matéria de Desporto, o enfoque vai para a participação dos canoístas pradenses Rui Fernandes e Silvestre Pereira nas Olimpíadas de Atlanta e do jovem cervanense Dinis Alberto Gonçalves Faria no Campeonato da Europa de Motocrosse, para além da subida ao Nacional dos iniciados do Vilaverdense. Destaque ainda para o admirável Tesouro de Miniaturas em Madeira, por nós já visitado, sediado na moradia do seu talentoso mas não menos modesto criador, Lourenço Alves Sousa, em Soutelo.



AO SABOR DO TEMPO

• José Fernandes da Silva



Quem sou eu?

Fui um dos mais ilustres poetas portugueses de todos os tempos e vi pela primeira vez a luz no ano de 1850, na vila transmontana de Freixo de Espada à Cinta. Formei-me em Direito pela Universidade de Coimbra. Era funcionário público, sendo, mais tarde, chamado para deputado da Nação; deixei depois esse lugar e retirei-me para a minha quinta do Douro. Vibrava e aplaudia a implantação da República. Por isso, quando realmente ela se impôs, voltei às lidas políticas, chegando mesmo a desempenhar o cargo de Ministro de Portugal na cidade de Berna.

Há várias fases na minha poesia. Às vezes, como em "A morte de D. João" (1874), condeno e castigo a libertinagem. Em 1879 sai a público "A musa em férias"; agora, mais contente com os homens, esqueci as antíteses relampejantes e estridentes, à Vitor Hugo. Todavia, seis anos depois, surge "A velhice do Padre Eterno", colecção de algumas sátiras anticlericais; depois, com o ultimatum de 1891, revive em mim a ambição de ser republicano; escrevi, então, uma sátira violentíssima contra a monarquia e contra a Inglaterra, intitulada "Finis Patriae". Tendo-me recolhido na paz da minha quinta do Douro, comecei a sentir uma certa piedade pelos humildes, deixando o colorido realista dos primeiros tempos, os requintes e entreguei-me ao poder da variedade, escrevendo, então, "Os simples" (1892), "Oração ao pão" (1902), "Oração à luz" (1904). Não só há fases na minha poesia, mas também na minha vida quotidiana.

Tive sempre uma grande facilidade de improvisação e gosto pelos rasgos oratórios; a minha imaginação poética era viva e ardente, criadora de formas e imagens, um raro poder de assimilação, destreza magnífica no manejo da métrica e do ritmo; mas, uma das minhas grandes qualidades, era a admirável veia satírica que eu possuía.

O meu estilo ora singelo e meigo, ora arrugante e pesado. No entanto, em qualquer dos casos, a minha poesia é muito rítmica e dotada de uma orquestração rara.

Falei em Julho de 1923, sendo o meu corpo conduzido para o mosteiro dos Jerónimos, onde repouso.

VERSOS PARA VILA VERDE

Belo concelho do Minho, terra simples, Vila Verde, pura e fresca como o linho, povoada de carinho, onde o prazer não se perde!

Cantinho, fonte de paz, lindo canteiro de flores: pela harmonia que traz, a quem é que não apraz ser um dos muitos amores?!

Possui freguesias, cheias de encanto e beleza, que dão mimo e alegrias a quem ama a natureza!

Há romarias e festas, quer de Inverno, ou de Verão; pelas tardes, belas sextas e à noite, longo serão!

Tapetes de rosmaninho, de alfazema e de boninas, com mantos de fresco linho tornam as coisas divinas!

Cantam aves na ramagem e os sinos nos campanários; chega de longe a mensagem, que alegra os destinatários!

Correm ribeiros, serenos; alguém pesca nas levadas; os gados remoem fenos; ouvem-se mornas toadas!

Águas tão puras nas fontes; campos cobertos de pão; imensas flores nos montes formam invulgar festão!

Apreciam-se os bons vinhos, os petiscos, jantaras; concertinas, cavaquinhos p'ra acompanhar desgarradas!

Cantigas ao desafio existem em qualquer farra e o cantor tem brio de imprimir-lhes vida e garra!

Nos viras, chulas, malhões, não há quem lhes leve a palma: rodopiam foliões e moças, com toda a alma!

Há lares onde é costume em coro o terço rezar, enquanto fume o lume, com a ceia a preparar!

Trabalham as suas gentes imenso na agricultura e são devotas e crentes de uma religião pura!

Por isso, em muitos locais há capelas, santuários, igrejas paroquiais, alminhas e nichos vários...

Encontram-se monumentos e casas senhoriais da autoria de talentos do concelho naturais...

Vila Verde da alegria, do amor, da simplicidade que impere em ti, dia a dia, tua própria identidade...

E que sejas um cantinho onde nos sintamos bem, nesta província do Minho, que no coração te tem!

José Fernandes da Silva

Para reflectir:

- 1 - Qual a semelhança entre o ouvido e a colmeia?
- 2 - O que é que pode estar presente ao mesmo tempo no assoalho e no jogo de snooker?
- 3 - O que é que se faz para comer e não se come?
- 4 - Qual a semelhança entre o papagaio e o eco?
- 5 - Qual a pior coisa que pode acontecer a um salva-vidas que chora porque perdeu a namorada?
- 6 - O que acontece ao mergulhador que resolve trabalhar como garçon?
- 7 - Qual é o nota musical afinada para curar?
- 8 - Quando é que uma mulher fala menos?
- 9 - O que é que a dona de casa costuma usar a bem da higiene e o polícia costuma fazer a bem da disciplina?
- 10 - Qual é a parte da escada em que há uma ave e ... muita água?

Respostas:

- 1 - Ambos ficam com cera.
- 2 - O taco.
- 3 - Talheres.
- 4 - Só repetem o que dizemos.
- 5 - Afogar-se em lágrimas.
- 6 - Muda da água para o vinho.
- 7 - Ré... médio.
- 8 - No Inverno, quando os dias são mais curtos.
- 9 - Detergente; deter gente.
- 10 - Pata... mar.

JURA

Ainda que tombasse o mundo em chama
E a maldição pairasse sobre mim,
Ainda que mil crimes me acusassem
E me lançasse o mundo ódios sem fim;

Ainda que as estrelas, uma a uma,
caissem sobre mim, me aniquilassem
O Sol perdesse o brilho em seu esplendor
E os corpos do Universo em mim tombassem;

Ainda que mil bocas esfaimadas
De feras infernais, de mil dragões
Em ânsias de tragar, a mim voltadas,
Me fizessem o corpo em mil rojões;

Ainda que mil mortes m'espreitassem
E me dessem por cama a sepultura,
Que um "Nero" expusesse em plena arena
As feras o meu corpo em vil tortura;

Inda que a ferro frio decepassem
os membros deste corpo em dor sem par,
Inútil, vão intento dos mundanos,
Eu nunca deixaria de te amar!!!

• Por GOTA D'ORVALHO

Larim, Julho/96
Gota D'Orvalho

MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

MÓVEIS

J. GOMES

João da Silva Gomes

LUGAR DO PORTELO — VILA DE PRADO
TELEF. 92 21 68 — 4730 VILA VERDE

TONYMEC - TM

Especializado em Fiat e Toyota
Reparações Mecânicas

OFICINA
AUTO

Frente ao Cemitério • Vila de Prado • Telef. 923802

De 24 a 27 de Outubro...

CÂMARA REEDITA "FESTA DAS COLHEITAS"

A Câmara Municipal de Vila Verde e a Escola Profissional Amar Terra Verde vão levar a efeito, de 24 a 27 de Outubro, a V Feira Mostra dos Produtos Típicos e Regionais de Vila Verde.

Esta quinta edição da Semana dos Produtos Regionais, intitulada "Festa das Colheitas", aprovada na reunião camarária de 9 de Agosto, contará com o apoio da ATAHCA, da Adere-Minho e da Rádio Voz do Neiva. Esta feira/mostra tem vindo a realizar-se desde 1992, com base no pressuposto de que "o desenvolvimento das comunidades rurais está na organização de iniciativas que promovam as suas potencialidades endógenas" e na convicção de que "tem sido de extrema importância para os agricultores, apicultores, artesãos e comerciantes".

Contando com a habitual participação do Programa Leader, o certame visa uma vez mais a divulgação sobretudo dos produtos agrícolas concelhios e incentivar "os produtores a melhorar a produção, permitindo, a curto e médio prazo, certificar os produtos de qualidade". Mas para além da vertente da exposição/venda, do certame constará ainda a usual realização de actividades de animação e de informação, assim como de promoção dos usos e costumes tradicionais.

O primeiro dia será dedicado ao Artesanato, estando programada a concretização de um concurso de montras, que se estenderá pelos 4 dias, e uma exposição bibliográfica alusiva à agricultura e artesanato na Biblioteca Prof. Machado Vilela, onde terá também lugar uma palestra subordinada ao tema "Encontro de Artesãos", a partir das 15 horas, seguindo-se uma hora após uma mostra ao vivo sobre a confecção dos Lenços de Namorados na Aliança Artesanal.

O dia 25 será o do Agricultor e estender-se-á pela noite dentro, principiando com um concurso matinal de enchidos e fumados, na Casa da Cultura, enquanto a partir das 15 horas terá lugar a abertura da Feira/Mostra na Praça de Sto. António e, com início às 16 horas, a Rádio Voz do Neiva transmitirá em directo o Encontro dos Agricultores de Vila Verde. Seguir-se-á (17h) uma retemperadora prova de enchidos/fumados e de vinho verde, enquanto a noite será animada com a actuação do Rancho Folclórico de Parada de Gatim.

No sábado será o Mel a vedeta, que irá a concurso durante a manhã e será provado às 15 horas, servindo de aperitivo aos Jogos Populares que terão lugar meia hora depois. Às 18 horas, na Biblioteca Municipal, o Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte informará sobre a Climatização de Estufas na Região Minho, competindo ao grupo de música popular Alegre Juventude a animação nocturna.

A Broa irá a concurso a partir das 15 horas do derradeiro dia, em que os visitantes poderão disfrutar de uma sessão vespertina de música tradicional a cargo do Vertentes do Oural e deliciar-se com a Broa posta a concurso. E a feira será encerrada com a actuação nocturna do Rancho Folclórico de Moure.

ARLINDO FAGUNDES EXPÕE PINTURA EM BRAGA

O multifacetado artista pradense Arlindo Fagundes expôs pintura, durante o mês de Setembro, no Museu Nogueira da Silva, em Braga.



A exposição, sob o título "As Voltas que o Mundo dá", representa o retorno à tela de um admirável criador, que tem repartido a sua actividade artística pela ilustração de livros, designadamente a famosa colecção juvenil "Uma Aventura...", a concepção de "cartoons" jornalísticos e até a publicação de banda desenhada.

De há uns tempos a esta parte, Arlindo Fagundes tem na cerâmica a sua principal ocupação, para o que possui um atelier no lugar do Portelo, na Vila de Prado, de onde têm brotado magníficas obras despertadoras do interesse e admiração de particulares e entidades públicas locais e das mais variadas paragens, tendo os seus famosos ámbitos marcado presença num Mundial de Futebol aléfronteiras.

BIBLIOTECA MUNICIPAL INTEGRA REDE MODELO DA UNESCO

No final de Agosto passado, a Biblioteca Professor Machado Vilela, de Vila Verde, passou a integrar a Rede de Bibliotecas modelo da Unesco que, nos próximos dois anos, terá a seu cargo a responsabilidade de promover o seu Manifesto sobre a Biblioteca Pública, com nova versão desde há bem pouco tempo.

A primeira edição do Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública data de 1949, visando então promover junto do grande público a compreensão da biblioteca pública como força viva da educação da comunidade e como criação da democracia moderna.

Em 1972 foi elaborada pelo Departamento de Bibliotecas Públicas da IFLA (Federação Internacional das Associações de Bibliotecas) uma versão revista daquele manifesto, que foi publicada em numerosas línguas e no ano de 1994 foi adoptada uma terceira versão. No âmbito desta versão, o Ministério da Cultura sueco decidiu promover o desenvolvimento de uma biblioteca modelo naquele país. Com o apoio da UNESCO, a ideia inicial transformou-se no projecto de criação de uma Rede que integrasse bibliotecas representativas de diferentes formas de prossecução dos objectivos do Manifesto em diferentes partes do Mundo. Assim se explica a génese, em 17 de Agosto de 1996, no Centro de Congressos de Jarvsobaden, em Ljusdal, na Suécia, da Rede de

Bibliotecas Modelo da UNESCO que irá liderar a promoção e aplicação prática dos ideais expressos no Manifesto e da qual, além das Bibliotecas Municipais de Vila Verde e Lujsdal, fazem parte as congéneres de Vinni, na Estónia, e Bulawayo, no Zimbábue.

O Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública tem sido utilizado em muitos países do mundo para dinamizar a criação de Redes de Leitura Pública e Portugal é considerado um exemplo modelar de aplicação dos princípios do Manifesto ao desenvolvimento de um sistema de Bibliotecas que, no nosso país, é já um parceiro imprescindível na dinamização do livro, da leitura e da informação.

A Biblioteca Professor Machado Vilela viu as suas instalações inauguradas em Dezembro de 1995 e tem desenvolvido projectos de trabalho com as escolas de todos os níveis de ensino do Concelho. Actualmente está a decorrer o processo de informatização, que permitirá aos cidadãos invisuais o acesso a toda a documentação existente nes-



te serviço.

A Biblioteca Municipal vai ser anfitriã do próximo seminário internacional da Rede de Bibliotecas Modelo da UNESCO, a realizar dentro de um ano. Técnicos portugueses, entre eles o designer do Porto, mas com origens vilaverdenses, Francisco Providência, serão responsáveis pela elaboração de um desdobrável e de uma homepage a instalar na Internet divulgando as bibliotecas da Rede e as suas actividades.

"A Arte é a mãe da humanidade..."

ASSOCIAÇÃO APOIA ARTISTAS DO BAIXO MINHO

Com o apoio do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, está sediado em Vila Verde, no edifício da Aliança Artesanal, um núcleo da Associação de Artistas do Baixo Minho, que conta com a coordenação do escultor bracarense Viriato Barros da Silveira.

Com um outro núcleo em Guimarães e outro em formação em Braga, a Associação, formada por artistas plásticos, dispõe, na sede do nosso concelho, de um atelier e de um espaço para galeria permanente, onde têm vindo a realizar-se tertúlias artísticas e culturais. De 16 de Julho a 31 de Agosto, promoveu, na Biblioteca Professor Machado Vilela, uma exposição de artes plásticas que levou ao conhecimento do público um considerável número de artistas bracarense e vilaverdenses (Margarida Ruão, António Marcos, Conceição Cunha, Ana Isabel, Filipe Pires, Flávio Calheiro — Vila Verde; Jacinta Macedo — Moure; Zaira Marina, Conceição Silva — Gême; Manuela Freitas — Lage).

A Associação foi criada com o propósito de apoiar "todos os artistas, independentemente da idade, sexo, tendência, temática ou técnica artística", sendo sua pretensão orientar ateliers de arte, principal-



ATELIER DE ARTE EM VILA VERDE

mente no Baixo Minho, coordenar exposições, divulgar as obras e os artistas seus associados e promover a actividade artística através de publicações anuais, "incentivando jovens artistas e artistas do futuro, defendendo assim a Transvanguarda da Arte do Minho".

Fazendo a apologia da Arte, Viriato Silveira, no catálogo-livro que serviu de guia à Exposição na Biblioteca Municipal, louva as autarquias que investem na "cul-

tura regional", que "medem as suas capacidades intelectuais e educacionais pelas suas realizações culturais e artísticas". Considera que "a Arte é a mãe da humanidade, a forma e a cultura de um povo, o bilhete de identidade de uma raça", pelo que a Associação a que preside pretende, com exposições e outras iniciativas, "demonstrar que o Homem só existe onde houver Arte; o Homem é efêmero, a Arte não".

JORNAL DA VILA DE PRADO

DIRECTOR: Alfredo Pedrosa
CHEFE DE REDACÇÃO: Jorge Pedrosa

CORPO REDACTORIAL: António Adelino Silva; António Zamith Rosas; João Ribeiro Pereira; João Macedo

COLABORADORES: António Ribeiro, Fernando Silva, Francisco Azevedo, Isabel Gomes, José Barbosa, José Fernandes (Freiriz), José Manuel Pereira.

FOTOGRAFIA: Manuel Correia, Sérgio Coelho.

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO: Casa do Povo da Vila de Prado Empresa Jornalística nº 215 513 Mensário Registo na DGCS sob o nº 110 249

CORRESPONDÊNCIA: Casa do Povo da Vila de Prado Praça Comendador Sousa Lima 4730 Vila Verde Tel.: 921120 Contribuinte nº 501 063 846 Depósito Legal nº 7388/84

CONDIÇÕES DE ASSINATURA: Assinatura em Portugal e no estrangeiro: 1.000\$00

PREÇO 85\$00

COMPOSTO E IMPRESSO NA: TIPOPRADO - Artes Gráficas, Lda Travessa do Bom Sucesso - PRADO Tiragem - 1.750 ex.